

Ano

2002



# Relatório de Actividades

Protocolo de Cooperação  
IEFP/REAPN

---

RELATÓRIO EXECUÇÃO - 2002

RELATÓRIO EXECUÇÃO DE 2002

# Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal

---

Rua de Costa Cabral, 2368  
4200-218 Porto  
Telefone 22.5420800 · Fax 22.5403250  
E-mail: [geral@reapn.org](mailto:geral@reapn.org) · Internet: [www.reapn.org](http://www.reapn.org)

---

# Índice

Introdução	4
Acções de Sensibilização/Informação/Divulgação	5
I Workshop	6
II Workshop	9
III Workshop	14
IV Workshop	21
V Workshop	28
Realização de visitas Inter – Institucionais	36
Dinamização de Acções de Formação no âmbito da Economia Social	42
1ª Acção de Formação	44
2ª Acção de Formação	48
Articulação com as estruturas centrais do IEFP	54
Articulação entre os Interlocutores Regionais para o MSE e dinamização de um grupo de Reflexão Interno	55
Realização de um Seminário/Encontro de Reflexão Nacional	56
Recursos utilizados para a prossecução dos objectivos e actividades do Plano de Acção	65
Conclusão	66

O presente relatório tem como principal finalidade apresentar o trabalho desenvolvido pela Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal (REAPN) no âmbito do Protocolo estabelecido com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), bem como o nível de execução das actividades inscritas no Plano de Acção de 2002.

Neste sentido, e considerando os objectivos estabelecidos no Protocolo, a REAPN procurou ao longo do ano de 2002 e através de uma articulação estreita com as suas estruturas distritais e estruturas regionais do I.E.F.P., dar continuidade às acções iniciadas em 2001, assumindo um papel importante na estratégia de promoção e divulgação das iniciativas do Mercado Social de Emprego (MSE) e na sensibilização para as problemáticas que o MSE procura combater: desemprego, pobreza e exclusão social.

Uma outra vertente de actuação da REAPN, com importante significado no decorrer de 2002 prende-se com uma forte aposta no desenvolvimento de acções de formação dirigidas a quadros técnicos e dirigentes de ONG's de solidariedade social, visando uma melhor compreensão do sector da economia social em Portugal, modelos organizacionais e formas de actuação.

Assim, e em conformidade com o Plano de Actividades aprovado este relatório apresenta um balanço de execução e uma análise avaliativa de cada uma das acções executadas no ano de 2002.

**Acções de Sensibilização/Informação/Divulgação****1****1. Sensibilização / Informação / Divulgação**

Um dos compromissos assumidos no âmbito protocolo estabelecido entre o I.E.F.P. e a REAPN consiste na divulgação e promoção dos instrumentos/medidas no âmbito do M.S.E. em particular junto das entidades que representam o sector não governamental de solidariedade social com intervenção no domínio da luta contra a pobreza e exclusão social, com o objectivo de potencializar o acesso a essas medidas e incentivar o desenvolvimento de novos projectos.

Procurando operacionalizar este objectivo, a REAPN tem a nível nacional, através dos meios de informação disponíveis no seu Centro de Documentação e Informação, quer a Revista "REDITEIA" quer o boletim informativo "Flash Rede", bem como o Boletim dos Núcleos (Ver **Anexo 1**) procurado promover a divulgação das medidas do MSE, bem como diversas iniciativas e projectos desenvolvidos por instituições associadas. Por outro lado, a nível regional/distrital a REAPN tem procurado sensibilizar as entidades que integram os Núcleos Distritais em funcionamento nos distritos de Aveiro, Braga, Coimbra, Évora, Lisboa e Porto, assim como os Núcleos em fase de implementação nos distritos de Faro, Beja, Santarém, Setúbal, Castelo Branco e Guarda, no sentido de inscreverem nos seus planos de acção actividades que visem a promoção dos programas e medidas enquadrados no âmbito do MSE, por forma a permitir um conhecimento mais aprofundado dos diferentes instrumentos, bem como dos beneficiários finais.

A este nível, os Núcleos da REAPN pela proximidade às instituições de terreno e às necessidades e especificidades de cada região encontram-se numa situação privilegiada, para potenciar o acesso à informação; apoiar as organizações no estudo e elaboração de propostas e projectos ao nível das iniciativas de economia social; assim como, proceder ao diagnóstico das necessidades e recursos na procura de soluções mais próximas dos problemas locais.

Uma outra componente de intervenção da REAPN no âmbito do Protocolo prende-se com a dinamização de sessões temáticas /ou encontros de debate e reflexão com a participação das entidades promotoras das iniciativas do MSE. O plano de actividades de 2002 previu a realização de cinco encontros, a ter lugar nas cinco regiões do país, que correspondem às cinco regiões onde existem interlocutores regionais da REAPN: Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve.

Assim, durante o ano de 2002 realizaram-se cinco workshops :

◆ Um workshop sobre a Medida Escolas-Oficina, intitulado: “Potencialidades e Limites do Mercado Social de Emprego”, no Porto a 14 de Junho.

◆ Um workshop sobre Empresas de Inserção intitulado:” A Inclusão pela Economia, Empresas de Inserção, que futuro?”, em Cantanhede (Coimbra), no dia 15 de Julho.(Anexo 2)

◆ Um workshop, intitulado: “Mercado Social de Emprego – Um Caminho para a Inserção”, em São Sebastião da Giesteira (Évora), no dia 17 de Setembro.(Anexo 3)

◆ Um workshop, sobre Marketing Social, intitulado: “ Marketing Social no combate à exclusão”, em Miranda do Corvo (Coimbra), no dia 8 de Novembro.(Anexo 4)

◆ Um workshop, intitulado: “Medida Inserção/Emprego do Mercado Social de Emprego”, em Olhão (Faro), no dia 19 de Novembro.(Anexo 5)

**I Workshop - “Potencialidades e Limites do Mercado Social de Emprego”**

**Porto, 14 de Junho de 2002**

Decorreu no dia 14 de Junho de 2002, no Auditório do Hospital Conde Ferreira, o Workshop “Potencialidades e Limites do Mercado Social de Emprego”.

O Workshop teve como objectivo, por um lado, reflectir sobre a importância das Medidas do Mercado Social de Emprego (em particular das Escolas-Oficinas) para a construção de uma economia baseada em princípios sociais e por outro lado, promover o intercâmbio de experiências e o debate de ideias acerca desta medida, bem como sensibilizar os diferentes actores sócio-económicos para a problemática do acesso de mercado de trabalho por parte de públicos desfavorecidos.

O workshop, bastante participado, reuniu várias instituições do distrito do Porto.

**Quadro I-Listagem de participantes**

<b>Nome</b>	<b>Instituição</b>
Alexandra Figueiredo	Centro Social e Paroquial N.º. Sr.ª. da Vitória
Ana Luísa Portela	Junta de Freguesia de Massarelos
Ana Maria Borges	Associação de Moradores de Massarelos
Ana Sofia Costa	Centro Social de Ermesinde
Berta Correia da Silva	Obra Social N.º. Sr.ª. da Boa Viagem
Carla Rocha	Santa Casa da Misericórdia de Gaia
Carla Rocha	Santa Casa da Misericórdia do Porto
Cristina Matoso	ADILO
Élia Monteiro Vasconcelos	Obra Social N.º. Sr.ª. da Boa Viagem
Guilhermina Rosa Vieira	Junta de Freguesia de Massarelos
Isilda Rodrigues	Obra Social N.º. Sr.ª. da Boa Viagem
Ilídio Lobão	Santa Casa da Misericórdia do Porto
Joãozinho Mendes	Associação Luso Africana Ponto nos IS
José António Costa Pinto	A "União"
Major Amaro Pereira	Centro Social Exército da Salvação
Manuela Santos	Centro Social e Paroquial da Vitória
Maria Cecília Vasconcelos	Centro Distrital de Segurança Social do Porto
Maria de Fátima Pinto	Centro Social e Paroquial de S. Nicolau
Maria de Fátima Vieira	Centro Social e Paroquial de Perafita
Maria Goretti Fidalgo	Centro Social e Paroquial de S. Nicolau
Maria José Carneiro	Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação do Porto
Maria Luísa Mendes	ADEIMA
Maria Manuela Martins	Centro Social de Ermesinde
Maria de Lurdes Carvalho	Santa Casa da Misericórdia do Porto
Maria João Castro	ADILO
Mafalda Ferreira	Núcleo do Porto da REAPN
Rui Ivo Lopes	REAPN
Sandra Simão	IEFP
Sónia Santos	Núcleo do Porto da REAPN
Susana Neves da Silva	Junta da Freguesia de Massarelos

Este encontro contou com a participação do Presidente da REAPN, Pe. Jardim Moreira; Dra. Mafalda Ferreira, Coordenadora do Núcleo do Porto da REAPN, e o Juiz Conselheiro Teixeira do Carmo, na Sessão de Abertura.

Os trabalhos da manhã prosseguiram, com a apresentação do Painel: "Potencialidades e Limites do Mercado Social de Emprego", a cargo do Dr. João Mira Paulo, Chefe da Divisão da Delegação Regional do Norte do Instituto de Emprego e Formação Profissional. Este painel ficou marcado com o balanço e perspectivas dos cinco anos do Mercado Social de Emprego. Segundo o Dr. João Mira Paulo, as medidas do M.S.E. têm como objectivo fundamental a inserção social e profissional de pessoas desempregadas, em actividades dirigidas a

necessidades não satisfeitas pelo normal funcionamento do mercado, com o objectivo de combater a pobreza e a exclusão social, através da criação de novas oportunidades de inserção, promoção, aquisição e desenvolvimento de competências profissionais de modo a facilitar a integração das pessoas em processo de inserção na vida activa.

Esta comunicação, foi elucidada com a apresentação de um vídeo, sobre as Escolas-Oficinas, na Região Norte. O programa Escolas-Oficinas, é uma medida dirigida a jovens desempregados ou à procura do primeiro emprego e a desempregados de longa duração inscritos nos Centros de Emprego, e tem como objectivo proporcionar uma formação nos domínios tradicionais e em novas profissões.

O Painel: “Potencialidades e Limites do Mercado Social de Emprego” foi moderado pela jornalista Ana Cristina Pereira, e este momento foi de extrema importância, na medida em que se promoveu o debate de ideias acerca das medidas/programas do M.S.E; bem como do intercâmbio de experiências das instituições participantes.

Os trabalhos da tarde prosseguiram com a apresentação do Painel II: “Aprender Trabalhando”, com a apresentação da Escola-Oficina promovida pela Santa Casa da Misericórdia do Porto, pelo Juiz Conselheiro Teixeira do Carmo, Mesário da Área do Ensino e Formação Profissional da Santa Casa da Misericórdia do Porto.

A Escola-Oficina, promovida pela Santa Casa da Misericórdia do Porto, iniciou-se a 26 de Fevereiro de 2002, na actividade de Hortofloricultura. No final da formação, os formandos obterão um certificado de aproveitamento, que lhes permitirá a procura de um emprego ou a organização de uma pequena empresa agrícola. Contudo, a Santa Casa da Misericórdia do Porto, admitirá, de acordo com as suas eventuais necessidades alguns destes formandos.

A apresentação da segunda Escola-Oficina, foi a da ADILO – Agência de Desenvolvimento Integrado de Lordelo do Ouro, apresentação esta, que ficou a cargo da Dra. Maria João Castro e da Dra. Cristina Matoso.

A ADILO é uma associação privada sem fins lucrativos, que tem como área geográfica de intervenção a freguesia de Lordelo do Ouro. Um dos seus principais objectivos é o de contribuir para a promoção do desenvolvimento pessoal, social e profissional da população residente na freguesia de Lordelo do Ouro. Por forma a rentabilizar as potencialidades que os projectos em desenvolvimento na ADILO pudessem ter, em termos de dinamização de novas oportunidades de formação e posterior inserção sócio-profissional, a ADILO apresentou esta candidatura ao Programa Escolas-Oficinas, na área da Doçaria Regional / Pastelaria.



A Escola-Oficina da ADILO começou a sua actividade a 3 de Novembro de 2001 e tem como destinatários mulheres desempregadas e/ou afastadas do mercado de trabalho e/ou beneficiárias do Rendimento Mínimo Garantido, perfazendo um total de 10 formandas.

Segundo a Dra. Cristina Matoso o objectivo específico desta formação é o de proporcionar a aquisição de conhecimentos e saberes próprios de confecção de certos doces tradicionais, bem como técnicas e métodos próprios de execução de peças em olaria, adequadas para a armazenagem, apresentação do produto final confeccionado na área da Doçaria Regional/Pastelaria.

O programa da tarde, ficou também marcado pela visita à Escola-Oficina da Santa Casa da Misericórdia do Porto.

**II Workshop “ A Inclusão pela Economia, Empresas de Inserção, que Futuro?”**

**Cantanhede, 15 de Julho de 2002**

O Workshop pretendeu ser um encontro de reflexão sobre a medida Empresas de Inserção como “espaço de promoção de inclusão no contexto de regiões deprimidas e de grupos sociais desfavorecidos”.

Os trabalhos decorreram de forma a procurar dar respostas a questões tão diversas como: o alcance da medida, enquanto política activa de emprego cujos objectivos prioritários são o combate à pobreza e à exclusão social; a necessidade da aquisição e o desenvolvimento de competências pessoais e profissionais; a criação de postos de trabalho tendo em conta que tais medidas, e esta em especial, se dirigem a públicos não abrangidos pelo normal funcionamento de mercado; as hipóteses de sobrevivência que as Empresas de Inserção possuem no mercado empresarial.

O Workshop, bastante participado, reuniu instituições dos distritos de Coimbra e Aveiro.

**Quadro II –Listagem de participantes**

<b>Nome</b>	<b>Instituição</b>	<b>Função</b>
Ana Isabel Quinteiro	Santa Casa M. Ol. Bairro	Técnica Serviço Social
Ana Paula Bastos	ADELO	Directora Projectos
Ana Paula Santos	Assoc.Desen.Form.Profissional	Socióloga
Ana Rita Xavier	Santa Casa M. Condeixa	Coordenadora
Brigite Gonçalves	Fundação Maria Luísa Ruas	Assistente Social
Brigite Raimundo Silva	Centro Social Carriço	Directora Técnica

## RELATÓRIO EXECUÇÃO - 2002

Carla Simões	Centro Social Alfarelos	Assistente Social
Catarina Isabel Brochado	Centro Social Carriço	Administrativa
Catarina Isabel Ferreira	Assoc.INTEGRAR	Técnica Serviço Social
Célia Maria A. Cardoso	APPACDM-Tocha	Técnica Serviço Social
Claudia Dias	Cáritas Diocesana Coimbra	Técnica
Fernando Martinho	Assoc.Desen. Soure	Presidente Direcção
Helena Maria M. Pinho	APPACDM-Coimbra	Coordenadora
Joana Rodrigues	Assoc.C.R. Samuel	Consultora Jurídica
Joana Melo Carvalho	Centro Social Varziela	Coordenadora
Jorge Simões	Centro Social Alfarelos	Presidente Direcção
José Rosa	Fundação Maria Luísa Ruas	Contabilista
Luís Filipe Silva	REAPN-Núcleo Coimbra	Técnico
Luís Miguel P. Brandão	Santa Casa M. Ol. Bairro	Psicólogo
Manuel Pessoa Nora	Centro Social Varziela	Presidente Direcção
Manuela Espírito Santo	Centro Social Alfarelos	Directora Serviços
Margarida Vieira Silva	Assoc.INTEGRAR	Secretária Geral
Edite Santos	APPACDM-Tocha	Engª Técn.Agrária
Maria Madalena P. Soares	Grupo A .S. S.Vicente Pereira	Técnica
Olga Santos Coelho	APPACDM -Coimbra	Psicóloga
Sandra Cristina Oliveira	Centro Social Varziela	Directora Técnica
Júlio Paiva	REAPN-Sede	Técnico
Luís Magalhães	Assoc.Desen.Figueira Foz	Director

A sessão de Abertura contou com a presença da Dr<sup>a</sup>. Sandra Araújo, em representação do Presidente da REAPN, Pe. Jardim Moreira, do Dr. Fernando Martinho, Coordenador do Núcleo de Coimbra da REAPN, e da Dr<sup>a</sup> Helena Teodósio, Vereadora do Pelouro da Acção Social, Educação e Recursos Humanos, da Câmara Municipal de Cantanhede.

O Dr. Fernando Martinho fez o enquadramento da temática em relação ao “retrato” das Empresas de Inserção e à sua abordagem de mercado, como dois momentos fundamentais para a discussão.

A Dr<sup>a</sup> Sandra Araújo explicitou o Protocolo de Cooperação entre a REAPN e o IIEFP, quais os seus objectivos, as formas de acção da REAPN, o trabalho desenvolvido pelos seus núcleos, enquanto plataformas de instituições no terreno - trabalho em rede - fomentando informação, formação e investigação.

Por último a Dr<sup>a</sup> Helena Teodósio, começou por saudar em nome da Autarquia o evento, salientando a importância deste tipo de iniciativa, fez uma breve referência à Carta da Economia Social, documento elaborado pelo CEP-CAMF (Conferência Europeia Permanente – Cooperativas, Mutualidades, Associações e Fundações) e apresentado publicamente por ocasião da Conferência de Economia Social de Salamanca no qual se refere a importância

deste Sector como responsável por 8% das Empresas europeias e por 10% do emprego total. O seu sucesso não é simplesmente mensurável pelo desempenho económico - apesar de ser indispensável - mas sobretudo pelo seu apoio em termos de solidariedade, coesão social e enraizamento no território.

Em resumo a Economia Social tem capacidade para dar resposta ao problema do emprego, à capacidade empresarial e empreendedora e à inserção social, envolvendo todos os actores e poderes públicos.

Os trabalhos prosseguiram com uma intervenção proferida pela Dr<sup>a</sup> Gilda Torrão, da Associação ASAS de Santo Tirso, que referindo a actualidade do tema, traçou um diagnóstico sobre a Medida e salientou aquelas, que na sua perspectiva, são as principais **potencialidades**:

- Assentar na vertente da formação e da profissionalização;
- pelo público a que se destina;
- pela atribuição de competências sócio-profissionais dos destinatários;
- pela lógica empresarial que traz às Entidades promotoras; mobilizando as ONG's e outros agentes da sociedade civil a dar resposta aos problemas sociais e exigindo preparação por parte dos técnicos.
- A lógica empresarial gera a concorrência entre organizações a vários níveis: na atribuição de subsídios de origem diversa, na gestão dos recursos, nos benefícios fiscais entre outros. Impõe-se o critério da qualidade, rigor, eficácia, desligando-se da visão romântica.
- A visão empresarial e a necessária preparação dos técnicos imprimirá um bom funcionamento das parcerias, sendo estes requisitos, em conjunto com a inserção social, a maior das potencialidades da Medida.
  
- Referindo-se aos **constrangimentos** da Medida, salientou:
- Burocracia dos procedimentos, o que resulta em grande parte na desmotivação do trabalho.
- Apesar da quantidade das fontes de recrutamento dos trabalhadores, o processo de selecção é um dos graves entraves à medida, pelas características profissionais e sociais dos destinatários.
- Montante da bolsa de formação e dos salários.
- Vínculo precário de trabalho.
- Falta de motivação dos candidatos, instabilidade, falta de hábitos de trabalho, incumprimento de horários, falta de capacidade para assumir responsabilidades,

elevado grau de desistências, falta de interesse geral, falta de empenho para aprender uma tarefa.

- Algumas das Entidades Promotoras resistem ao encaminhamento de alguns destinatários da Medida feito pelos Centros de Emprego.
- A insuficiência dos financiamentos leva a que muitas entidades promotoras abdicuem da fase de formação.
- Falta de flexibilidade da formação.
- Ausência de financiamentos para as equipas de enquadramento e Gestores das Empresas de Inserção.
- Necessidade de formação e experiência profissional dos técnicos em questões como marketing e gestão.
- Ausência de diagnóstico das necessidades do mercado, que possibilite uma análise correcta das oportunidades.
- Faltam estudos sobre os resultados obtidos com a medida, e sobre a inserção no mercado efectivo de trabalho.
- Mesmo antes do processo de formação profissional, dever-se-ia apostar na formação de capacidades de relacionamento interpessoal, uma vez que o relacionamento entre formandos é por vezes, um handicap ao desenvolvimento da própria empresa de inserção, é necessária que os formandos adquiram competências de sociabilidade.
- Repensar todo o perfil do trabalhador em processo de inserção a vários níveis, nomeadamente na auto-estima, sociabilidade e disciplina de trabalho.

No final desta intervenção foram ainda deixadas algumas **sugestões** e **indicações** com base no diagnóstico:

- Salientar a importância destes encontros, pela troca de experiências, dificuldades e diferenças de pontos de vista.
- A edição de um **Manual de “Boas práticas”** que sirva de guião a gestores e a técnicos que trabalhem com esta medida.
- Alargar a medida a outros públicos.
- Outro tipo de apoios tanto de formação, como financeiros, nestes últimos com destaque para as equipas de enquadramento.
- Maior acompanhamento por parte das estruturas do IEFP (Centros de Emprego).
- Mais benefícios fiscais para as Empresas de Inserção.
- Melhor acompanhamento técnico por parte do IEFP.
- Financiamento do subsídio de alimentação aos trabalhadores.

Seria importante que a lógica desta medida se generalizasse à lógica de gestão das Entidades Promotoras, ou seja, uma lógica empresarial com destaque no desenvolvimento comunitário e nos recursos humanos.

Em seguida ocorreu a apresentação de duas experiências de Empresas de Inserção da região.

**Empresa de Inserção**  
**Associação de Desenvolvimento de Cantanhede**

A primeira Empresa de Inserção, cuja entidade promotora é a **Associação de Desenvolvimento de Cantanhede** foi apresentada pelo Dr. Carlos Sousa.

Esta empresa constituiu-se em Fevereiro de 2002, tendo apresentado a sua candidatura ao programa em Maio de 2002. Possui 20 trabalhadores em processo de inserção, sendo 10 na área da Limpeza (em situação de pleno emprego) e 10 na área da cozinha. Em seguida, o Dr. Carlos Sousa apresentou alguns problemas relacionados com a sua empresa, no estágio de desenvolvimento que se encontra e que considera existir, de uma forma geral em todas.

Referiu, nomeadamente, a questão da legislação laboral que prevê indemnizações ao fim de dois anos de contrato de trabalho; a necessidade de um novo processo de selecção e formação só começar quando um ciclo terminar, devendo o tempo de selecção ser mais longo, a existência de problemas de natureza processual ao nível da regulamentação, assim como a exigência de uma garantia bancária dos subsídios a fundo perdido, que alguns Centros de Emprego exigem.

**Empresa de Inserção**  
**Associação de Desenvolvimento da Figueira da Foz**

O Dr. Miguel Magalhães fez a apresentação da **Empresa de Inserção** promovida pela **Associação de Desenvolvimento da Figueira da Foz**, que foi fundada em 1992 e que opera na área das limpezas e do apoio domiciliário, sendo esta última a sua principal valência. Considerou que a área das limpezas é um projecto redundante, pelas características do concelho da Figueira da Foz, esta empresa só consegue cerca de 2 a 3% do mercado.

Na sua apresentação reforçou a ideia de que a legislação laboral e a base de recrutamento não são as mais adequadas ao desenvolvimento das Empresas de Inserção cuja função principal é a (re)inserção sócio-profissional mas que devem obedecer a uma lógica empresarial.

Ao enumerar os aspectos positivos da medida, salientou que apesar das dificuldades, o processo tem sido mais ou menos conseguido, responsabiliza as pessoas a inserir, melhora o relacionamento interpessoal e oferece algumas contrapartidas financeiras.

Após as apresentações, seguiu-se um período de debate, que foi bastante animado e no qual se lançaram algumas questões e propostas às Entidades Promotoras, aos técnicos gestores e ao IEFP.

Foi discutido principalmente a questão da adequação da legislação laboral face aos constrangimentos da Medida. Outra das questões levantadas foi a do apoio/enquadramento do IEFP, nomeadamente através do financiamento das equipas de enquadramento e de um maior apoio dos técnicos gestores, bem como o prazo de pagamento aos trabalhadores.

Outra sugestão foi a possibilidade de se mudar a tipologia dos contratos de trabalho, sendo que a legislação deveria ser específica para as Empresas de Inserção e não a legislação geral de trabalho.

### **III Workshop “ Mercado Social de Emprego – Um Caminho para a Inserção”**

**S. Sebastião da Giesteira (Évora), 17 de Setembro de 2002**

Este workshop foi realizado para Entidades que desenvolvem medidas no âmbito do Mercado Social de Emprego, nomeadamente Empresas de Inserção.

O MSE, através das suas várias medidas, promove a inserção dos beneficiários, pelo contacto com o mundo do trabalho, promovendo a aquisição de hábitos laborais, reforçando competências pessoais e promovendo a auto-estima. No entanto, a sua permanência nas Empresas de Inserção não pode ultrapassar dois anos, período após o qual nem sempre se assiste a uma integração efectiva no mercado normal de trabalho.

O MSE promove a inserção mas, só por si não a consegue garantir, o que deixa um sentimento de frustração nas instituições promotoras. Algumas das Entidades, com algum esforço e boa vontade, conseguem integrar no seu serviço alguns beneficiários dessas medidas, mas em regra geral, a integração revela-se particularmente difícil e angustiante.

Perante tal enquadramento, este workshop procurou, através da preciosa colaboração do IEFP, na apresentação da comunicação: “ **Mercado Social de Emprego – Potencialidades e Debilidades no contributo para a Inserção**” que fossem apresentadas outras vias de promoção da integração dos beneficiários do MSE no Mercado de Trabalho, procurando dar a conhecer e discutir outras soluções complementares – A **Associação Nacional de Direito ao Crédito** e o **Programa PRODESCOOP** gerido pelo Instituto António Sérgio para o Sector Cooperativo (INSCOOP) e pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).

Assim, traçam-se os principais objectivos desta Acção:

- Reflectir sobre as potencialidades das Medidas do Mercado Social de Emprego no sentido de promover a Inserção dos grupos sociais mais desfavorecidos.
- Apresentar e discutir formas alternativas ou complementares de facultar a inserção desses grupos, tais como a Associação Nacional de Direito ao Crédito e o Programa Prodescoop.

O workshop decorreu nas instalações da Associação de Protecção dos Idosos e Reformados de S. Sebastião da Giesteira, em Évora, no dia 17 de Setembro de 2002.

Esta iniciativa, apoiada pelo Núcleo Distrital de Évora da REAPN, pretendeu ser um encontro/debate entre Entidades Promotoras das várias medidas do Mercado Social de Emprego, com especial incidência nas Empresas de Inserção da Região do Alentejo. O evento contou com a presença de 24 participantes, sendo 22 representantes de entidades que desenvolveram Empresas de Inserção, bem como alguns representantes do Núcleo de Évora da REAPN que não desenvolvem, no momento medidas do MSE e ainda dois representantes de organismos públicos –o IEFP e a Direcção Regional de Educação.

### Quadro III -Listagem de participantes

Nome	Instituição	Local	Função
Maria João Pires Venâncio	Caritas Diocesana Évora	Évora	Assistente Social
Vanda Maria P.M. Ferreira	APPACDM -Elvas	Elvas	Técnica Emprego
Maria Hermínia Almeida	APPACDM -Elvas	Elvas	Coord.Form. Profissional
Adília Maria Pereira Dias	Assoc.H.D. Ana Pacheco	Sabóia	Tesoureira Direcção
António Inácio Guerreiro	Assoc.H.D. Ana Pacheco	Sabóia	Contabilista
José Lopes D. Baião	S.C.Misericórdia Alpalhão	Alpalhão	Provedor
Silvino Luís Neves Costa	APPACDM - Évora	Évora	Presidente Direcção
Otilia Maria L.C. Emílio	APPACDM - Évora	Évora	Coordenadora
Antónia Jesus Vilar Baião	Comoiprel	Moura	Coordenadora
Inácia Maria C.L.Rebocho	Monte -ACE	Arraiolos	Tec. Desenvolvim .Local
Maria Helena R.P. Barroso	C.S.P.S.SebastiãoGiesteira	Évora	Assistente Social
António Salvador Santos	C.S.P.S.SebastiãoGiesteira	Évora	Presidente Direcção
Lúcia Jesus F. Martins	APIR - Rede Afectos	S. S. Giesteira	Assistente Social

## RELATÓRIO EXECUÇÃO - 2002

Olga Emília E. Gomes	APIR - Rede Afectos	S. S. Giesteira	Chefe de PLCP
Júlio Paiva	REAPN	Porto	TécGab.Desenv.
Maria José Guerreiro	REAPN- Núcleo Évora	Évora	Técnica Núcleo Évora
Luís Miguel C. Tojo	ADA-Ass.P/ Acção Social	Portel	Chefe Projecto
Jorge Paulino	Assoc. Montes Claros	Borba	Técnico Social
Lurdes Silva Fragoso	Assoc. Terras Dentro	Alvito	Chefe Projecto
M <sup>a</sup> Isabel R. Coelho	Assoc. Terras Dentro	Alvito	Técnica Serviço Social
Carla A.O. Antunes	Assoc. Terras Dentro	Escoural	Chefe Projecto
Dorotea M. Fráguas	D.R.E.Alentejo	Évora	Resp.Educ.Recorrente
Fátima Paulino	PLCP Redondo	Redondo	Técnica Serviço Social
M <sup>a</sup> Teresa Amaral	PLCP Redondo	Redondo	Chefe Projecto
Rui Jorge E. Gomes	ADL -Giesteira	S.S.Giesteira	Téc.n.Sup.Anim. Social

Os trabalhos decorreram de forma bastante participada e iniciaram-se com uma pequena Sessão de Abertura, onde o Dr. Abel Ribeiro, na qualidade de Coordenador do Núcleo Regional de Évora e Interlocutor Regional da REAPN para o MSE apresentou o Mercado Social de Emprego como uma das medidas mais inovadoras ao nível das metodologias de intervenção social e da Economia Social, considerando ser um elemento fundamental na dinamização e na promoção da cidadania.

Em seguida a Dr<sup>a</sup> Gabriela Silva, Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião da Giesteira, referindo a problemática da pobreza em geral, considerou que em grande parte, esta resulta fundamentalmente da falta de trabalho. O MSE surge como uma alternativa no combate contra a pobreza através da inclusão social. Independentemente das críticas que se lhe possam fazer considerou ainda que quando uma sociedade não consegue tornar socialmente úteis os seus cidadãos, mesmos os mais qualificados, é uma sociedade pobre, o MSE surge como um travão à pobreza.

A representante do IEFP na Região, Dr<sup>a</sup> Cassilda Trindade, explicitou os grandes desafios do MSE, como um conjunto de medidas que procuram dar resposta a situações de grande vulnerabilidade face ao mercado normal de trabalho. Após seis anos de aplicação o MSE procurou dar respostas à coesão social e também teve em conta desafios futuros.

Em seguida, a Dr<sup>a</sup> Maria João Candeias, representante do IEFP, apresentou as diversas medidas do Mercado Social de Emprego, fazendo o seu enquadramento e desenvolvimento histórico.

A ruptura da noção de emprego para a vida, a necessidade de adequação tecnológica, os problemas do primeiro emprego e a reintegração no mercado de trabalho de grupos de desempregados de longa duração, entre outros factores, resultaram no conseqüente aumento



de pobreza e exclusão social, em grande parte reflexo do modelo de desenvolvimento adoptado nas ultimas décadas. Todo este quadro mostra-se incompatível com o modelo de construção europeia que pretende a integração dos grupos socialmente mais vulneráveis, tendo em conta que não há coesão social sem desenvolvimento humano.

O MSE surge como uma tentativa de resposta a este problema, potencia o espaço onde intervêm muitos actores: as instituições, os cidadãos, promovendo a auto-estima, sendo uma fase de transição para o mercado normal de trabalho.

Por outro lado, permite que, numa lógica de desenvolvimento local e de estabelecimento de parcerias alargadas, se facilite a resolução dos problemas, implicando as instituições, activando políticas de emprego. O MSE permite criar um conjunto de medidas para combater a exclusão nos grupos desfavorecidos, podendo assim os beneficiários aceder a um rendimento estável, ao contacto com o mundo do trabalho e à auto-estima, que em resumo, potencia capacidades de: *“ fazer coisas a um nível que o normal mercado não faz e a um grande número de actividades na Economia Social”*.

O sucesso do MSE, enquanto um conjunto de medidas activas de promoção do emprego, requer o envolvimento de um conjunto alargado de parceiros tanto a nível dos Organismos Públicos como da Sociedade Civil (ONG's e tecido empresarial) por forma a reforçar os laços sociais tanto como as competências pessoais e profissionais dos beneficiários.

### ❖ Perfil dos desempregados na Região do Alentejo (Julho 2002)

Foi exposta uma panorâmica da situação dos Centros de Emprego da Região do Alentejo que julgamos interessante para o contexto da luta contra a pobreza e a exclusão social.

A região possui cerca de 20.000 inscritos nos Centros de Emprego, sendo que 9% se encontram em situação de procura do primeiro emprego, 44,2 % encontram-se na faixa etária dos 25 aos 44 anos e 15 % tem mais de 45 anos, resulta, portanto, que é uma população envelhecida que procura emprego. É também uma população pouco escolarizada, cerca de 14,7 % são analfabetos, 34 % possuem o 4º ano de escolaridade e 25 % o 6º ano, acresce ainda que 25 % dos que procuram os Centros de Emprego são trabalhadores sem nenhuma espécie de qualificação, sendo o tempo normal de espera entre a inscrição e a obtenção de emprego de 6 a 12 meses.

As diversas medidas do MSE que foram sendo aplicadas desde 1996 na Região, algumas de carácter geral como o Emprego Protegido, os Programas Ocupacionais e as Empresas de Inserção, outras de carácter mais regional aplicadas às especificidades do mercado e da

população a beneficiar, como a Rede Ajuda e o Alentejo Digital, segundo dados do IEFP abrangeram os seguintes efectivos populacionais:

Ano 2000	Ano 2001	Ano 2002
16053 Pessoas	14412 Pessoas	12721 Pessoas

❖ **Debilidade do Mercado Social de Emprego**

- Na condução dos processos, verifica-se a uniformização de procedimentos para situações individuais (diferentes), nomeadamente em contextos sociais diferentes;
- Verifica-se uma carência da componente formativa, nomeadamente no que se refere ao reforço de competências pessoais, sociais e profissionais;
- Ao fim do período de permanência de 2 anos nas empresas de inserção, quem já conheceu um processo de inserção deverá obrigatoriamente integrar-se no mercado normal de trabalho e quando tal não acontece, os ex-beneficiários sofrem uma quebra no seu processo de inserção, o que conduz a situações de perda de hábitos de trabalho e de motivação;
- As empresas de inserção raramente conseguem caminhar para a auto-sustentação, o que deveria ser garantido, através de um maior empenho de todos os parceiros, nomeadamente, no que se refere ao apoio técnico-financeiro.

**Visita à Empresa de Inserção “Multiserv”**

No contexto do Workshop realizou-se uma visita à Empresa de Inserção “Multiserv”, promovida pela APIR e uma breve apresentação da mesma.

A “ Multisev” é uma Empresa de Inserção na área de Criação de Equipamentos e Serviços do Projecto de Luta Contra a Pobreza “Rede Afectos”, cujo promotor é a Junta de Freguesia de S.Sebastião da Giesteira e a Entidade Gestora a Associação de Protecção dos Idosos e Reformados de S.Sebastião da Giesteira – APIR.

A constituição da empresa foi precedida de um processo de Formação e foram inseridas inicialmente 6 pessoas – 5 Desempregados (4 mulheres e 1 homem) e um jovem em risco de desemprego.

Como a sua própria designação indica, a empresa desenvolve várias actividades: alumínios, arranjos de espaços exteriores, limpezas domésticas e em estabelecimentos, trabalhos agrícolas, jardinagem, mudanças, pinturas, pequenos serviços de pedreiro, calceteiro e canalizador.

Os principais projectos no futuro, para os promotores, são: a construção de um pavilhão, dado o exíguo espaço disponível – uma garagem, e uma estufa para a produção de produtos hortícolas – para os quais não existe ainda suporte financeiro.

### Associação Portuguesa de Direito ao Crédito

Esta instituição foi apresentada pelo Dr. Luís Pinto, e existe há sensivelmente três anos. O trabalho da Associação destina-se a apoiar as pessoas que se vêm privadas do direito ao crédito e querem iniciar uma pequena actividade, sejam desempregados ou outros, pessoas a quem não é concedido crédito pelas instituições bancárias e como tal, são excluídas. É aqui que a ANDC actua mediando um empréstimo entre os 1000 € e os 5000 €, aplicando o dinheiro, realizando o acompanhamento do negócio, apoiando todo o percurso desde a fase burocrática até ao desenvolvimento do negócio.

O objectivo não é emprestar dinheiro, mas sim proporcionar pequenos negócios e criar postos de trabalho. Numa primeira fase, todo o processo é acompanhado por um animador da ANDC, que ajuda na previsão inicial das despesas e a explicação do negócio, sendo que o dinheiro estará normalmente disponível cerca de um mês e meio depois de finalizado todo o processo burocrático, e os empréstimos são a três anos com taxas de juros mais baixas.

Tal é possível, porque a Associação possui um Protocolo com uma Instituição Bancária. Assim a Associação funciona numa lógica de promoção da auto-estima e de responsabilização das pessoas, que possuam uma ideia para um pequeno negócio e nunca teriam acesso a um crédito bancário normal, pelo seu estatuto económico e social ou porque se encontram numa situação de exclusão social.

Segundo dados da própria ANDC a taxa de sucesso é de 95 %, e até Julho de 2002, 185 beneficiários criaram 250 postos de trabalho.

O Programa PRODESCOOP foi apresentado pela Dr<sup>a</sup> Lurdes Barata do Instituto António Sérgio para o Sector Cooperativo (INSCOOP).

Os seus principais objectivos são apoiar e estimular a criação, o desenvolvimento e as actividades das cooperativas, contribuindo para reforçar o espírito cooperativo e incentivar a criação de cooperativas de produção. Sendo por isso, também uma boa saída para promover a inclusão e a inserção, porque ao permitir pôr em acção os saberes das pessoas, estimula a sua capacidade empreendedora, garantindo-lhes um rendimento e um posto de trabalho, servindo por isso para combater as várias vertentes da exclusão social. Para além disso, o cooperativismo permite a concretização de um sonho – a criação do próprio emprego de uma forma sustentável.

O Programa é gerido pelo INSCOOP e pelo IEFP e compreende três vertentes:

- Novas Cooperativas
- Cooperativas de 1º grau
- Cooperativas de grau superior

O PRODESCOOP permite o acompanhamento através de consultores que prestam apoio durante um ano, bem como, também permite a formação de promotores de cooperativas.

No que se refere às cooperativas de 1º grau e de grau superior há a destacar a realização de estudos de desenvolvimento estratégico, o que permite uma boa ajuda para o desenvolvimento prospectivo.

A candidatura através deste Programa é feita em regime aberto e segundo dados do INSCOOP, foram já criadas no seu âmbito 119 novas cooperativas em 2001 o que permitiu a criação de 300 postos de trabalho, principalmente na Região de Lisboa e Vale do Tejo.

Após um período de debate foram apresentadas as principais conclusões do encontro pelo Dr. Marcos Olímpio, Vice-Coordenador do Núcleo Distrital de Évora da REAPN. Foi salientado o facto de que as várias medidas do Mercado Social de Emprego serem manifestamente insuficientes para garantir a inserção plena dos beneficiários, sendo para tal necessário promover o reforço de parcerias locais, a nível técnico e financeiro.

Constata-se que, na generalidade essas medidas enfermam de algumas fragilidades que devem ser erradicadas, como tal, há que operacionalizar e divulgar os apoios à criação de

emprego, bem como, garantir o princípio da subsidiariedade para promover a inserção profissional dos beneficiários.

Por outro lado, é imperioso investir prioritariamente nas qualificações dos desempregados, no reforço das suas competências sociais, pessoais e profissionais.

Para colmatar algumas das falhas inerentes ao Mercado Social de Emprego, existem outras respostas, tais como o recurso ao Micro-Crédito, que salientou, possui uma elevada taxa de sucesso, e o Movimento Cooperativo, devendo os actores recorrer à criatividade para ultrapassar as dificuldades.

Finalmente, revela-se particularmente importante, enquadrar as actividades desenvolvidas no âmbito destas medidas nas reais necessidades económicas da região, por forma a facilitar a integração dos beneficiários no Mercado de Trabalho.

**IV Workshop “Marketing Social no Combate à Exclusão”  
Miranda do Corvo, 8 de Novembro de 2002**

O Núcleo Distrital de Coimbra da REAPN, no âmbito do Protocolo de Cooperação com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), e em parceria com a AFDP -Associação para o Desenvolvimento e Formação Profissional de Miranda do Corvo, promoveu um Workshop sobre Marketing Social, para técnicos, dirigentes de ONG'S e IPSS'S do Distrito de Coimbra.

Os objectivos do evento centraram-se no debate, na partilha de experiências e na divulgação de boas práticas no Distrito.

Partindo dos pressupostos de que a informação é uma área fundamental para o trabalho na área social, e de que a afectação de recursos escassos que permitem desenvolver um trabalho em prol dos outros deve ser uma preocupação constante e que a motivação das entidades e das pessoas é fundamental na luta contra a pobreza e a exclusão social, o Núcleo Distrital da REAPN de Coimbra organizou este evento no sentido da sensibilização das organizações do Distrito para a temática do Marketing Social e das suas potencialidades.

Na sessão de Abertura, o Dr. Fernando Martinho, Coordenador do Núcleo Distrital de Coimbra da REAPN, realçou o facto de este evento se realizar em Miranda do Corvo, o que se prende com razões de descentralização das actividades do Núcleo e com a preocupação de este tipo de eventos se inserirem dentro dos objectivos da REAPN na tentativa de envolver as ONG'S no trabalho social.

Por outro lado, referiu a preocupação com a modificação da atribuição dos Fundos Comunitários a partir de 2006. A extrema dependência de subsídios de muitas das instituições, sem outro tipo de fontes de financiamento, torna necessário um maior empenho e aposta na imagem, para além de uma adequada gestão de recursos humanos e materiais. Fidelizar fontes de financiamento e aumentar a qualidade dos serviços prestados à comunidade, deverá ser uma preocupação para o futuro de muitas instituições.

O Dr. Jaime Ramos Presidente da AFDP de Miranda do Corvo, agradeceu a iniciativa da REAPN e a colaboração da Câmara Municipal de Miranda do Corvo e passou a apresentar a instituição a que preside.

A AFDP de Miranda do Corvo é uma organização multi-funcional com cerca de 200 sócios, num concelho com cerca de 12 mil habitantes. Para além das valências tradicionais que tem ao dispôr da população, desenvolve outras respostas inovadoras que pretendem ir ao encontro das necessidades dos habitantes do concelho – nomeadamente, as actividades desportivas para pessoas portadoras de deficiências e outros projectos futuros.

A Direcção da AFDP de Miranda do Corvo é voluntária, o que combinado com uma equipa técnica jovem e dinâmica, possuidora de uma boa cultura organizacional, imprime um carácter empreendedor à Associação.

A finalizar a Sessão de Abertura o Dr. Oliveira Alves, Presidente do Centro Distrital de Segurança Social de Coimbra realçou o papel da AFDP de Miranda do Corvo como um desafio pela antecipação no tempo, nas iniciativas e valências que promove. Tendo em conta as novas formas de pobreza e exclusão social que ultrapassam os padrões clássicos, vão surgindo sobre novas formas económicas, demográficas e culturais.

Considerou que, as instituições são cada vez mais prestadoras de serviços e que a exigência de competências técnicas de qualidade em todas as valências é fundamental. Para estas organizações, cada vez é mais necessário possuir nos seus quadros qualidade técnica e humana, para além duma visão integrada, apelando a uma filosofia de trabalho em rede. Não podem continuar a viver sobre “si próprias”, devem ser capazes de potenciar equipamentos e recursos humanos, desenvolver cada vez mais o trabalho em rede com outras instituições e com os serviços centrais da saúde, da educação, do emprego e da segurança social.

Em conclusão referiu, que as respostas sociais devem ser conhecidas do grande público, através dos mecanismos adequados, nomeadamente na comunicação social e institucional, implicando parceiros (Universidades, instituições, fundações e outras).

A primeira comunicação do Workshop ficou a cargo do Dr. Arnaldo Coelho, da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, sobre **Marketing Estratégico**, noção que serviria de introdução à definição de Marketing Social que se seguiria na segunda comunicação.

Segundo o Dr. Arnaldo Coelho, o Marketing faz parte do mesmo grupo de fenómenos a que pertencem o político, o social, o económico. O Marketing é desejo e desígnio, de estar perto dos públicos, de os perceber, de adivinhar as suas necessidades. E depois, de uma forma crítica, tenta dar respostas satisfatórias a estas necessidades. No entanto, isso não basta, é necessário satisfazer de uma forma diferencial, o Marketing exige mais do que a simples aplicação dos instrumentos académicos normais desta ciência.

O Marketing deve envolver toda a gente dentro de uma organização e para isso é necessário vontade, relações públicas, comunicação e principalmente atenção ao cliente/utente.

Quando falamos de Marketing, falamos de empenho por parte dos prestadores de serviços, nas empresas, nos organismos públicos e nos que trabalham com causas sociais. O facto de haver um serviço de qualidade não torna mais caro o serviço prestado, e por outro lado o organismo sai beneficiado.

Como envolver todos os elementos de uma empresa ou de uma instituição neste processo?

Deverá ser a própria liderança a dar o exemplo, desenvolvendo uma cultura organizacional própria, disseminada por todos os aspectos organizativos, principalmente os elementos de comunicação exterior. Os interlocutores são peças fundamentais no processo de comunicação, todos os elementos devem ser alvos de formação, sentir o seu papel como resultado da empresa/organização.

Múltiplos factores devem ser tratados tais como a personalidade, a motivação, a selecção dos colaboradores, o espírito da empresa/instituição, no sentido do desenvolvimento de uma cultura empresarial. A satisfação de forma diferencial só é conseguida, quando todos os colaboradores de um determinado tipo de organismo assumem a organização.

O **Marketing Estratégico** deve subir ao mais alto nível da cultura da empresa, atingindo os seus objectivos quando é transmitido por toda a organização, quando todos os elementos contribuem para o mesmo objectivo.

A segunda comunicação esteve a cargo do Dr. Filipe Coelho, também da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e versou o **Marketing Social**.

A primeira questão abordada, foi o que há de comum e o que distingue o Marketing Estratégico e o Marketing Social. O objectivo de qualquer área do Marketing é influenciar o comportamento das pessoas, e no caso de uma causa social o seu objectivo é influenciar o comportamento dos indivíduos, uma vez que o Marketing teve e tem sucesso nas empresas, faz todo o sentido utilizá-lo em objectivos de carácter social, o objectivo do Marketing Social é a utilização das ferramentas do Marketing Comercial em causas sociais para benefício de todos.

A ideia não é propriamente recente, existem referências desde a Antiga Grécia, em campanhas a favor da libertação dos escravos. É cada vez mais frequente o “bombardeamento” com Marketing Social, (Campanhas de Promoção da Saúde, da Protecção do Ambiente, Violência Doméstica, Contra o Racismo e outras).

Mas, afinal qual é a diferença entre o Marketing Social e o Marketing Comercial? Existem fundamentalmente três grandes diferenças:

- 1- O Marketing Social avalia o seu sucesso através dos comportamentos das pessoas, nos seus comportamentos de mudança. Este é basicamente o seu objectivo final, influenciar o comportamento das pessoas.
- 2- Tem uma preocupação com a utilização dos recursos disponíveis, uma vez que estes são escassos e implicam uma boa gestão, todos os esforços devem ser concentrados nos grupos alvo, para obter mais e melhores resultados.
- 3- O consumidor deve ser consultado em três momentos diferentes: antes de desenvolver a estratégia de forma a conhecer o comportamento, e fazer uma escolha adequada dos canais informativos para que a “mensagem” chegue ao objectivo. Num segundo momento, a estratégia deve ser testada junto dos próprios consumidores, tentar perceber se compreenderam a “mensagem”, se memorizaram a informação, se esta é persuasiva, de forma a poder melhorar a eficácia duma qualquer campanha ou acção. Finalmente, falar com a população alvo à medida que se vai avançando na campanha, para saber se esta resulta. De notar que, apesar de, no segundo momento se ter testado a campanha, esta não é de forma alguma infalível, só se pode falar em resultados, quando comprovados em larga escala, por vezes, é necessário um ajustamento.

No Marketing Social, a população alvo não é uniforme, nem toda a gente possui os mesmos conhecimentos. Isto implica uma avaliação prévia para realizar uma campanha, sendo que, pode implicar campanhas dirigidas a segmentos da população. Como exemplo referiu, as diferentes campanhas do IDICT: uma destinada à indústria têxtil, outra para o sector da



construção civil. As campanhas não podem ser genéricas, os diferentes sectores revêem-se nos anúncios, sendo estimulados pela proximidade da “mensagem” ao seu sector.

A título de conclusão, referiu que as acções em Marketing Social devem desenvolver-se a quatro níveis:

- 1 – O produto que vamos oferecer: que benefícios uma campanha de Marketing irá trazer aos diversos públicos.
- 2 – Os Custos/Preços: as campanhas sociais também exigem custos monetários e não-monetários.
- 3 – Distribuição (Placement): só se modificam comportamentos se as campanhas estiverem próximas dos públicos-alvo.
- 4 – A forma como se comunica: a escolha dos canais correctos de comunicação é fundamental em Marketing Social.

Finalmente, para potenciar os efeitos das campanhas a este nível, é fundamental potenciar parcerias e colaborações diversas com Entidades com responsabilidades nas matérias: Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Direcções Gerais e todos os organismos capazes de se envolverem numa causa.

**Apresentação de um Caso**  
**Associação ASAS de Sto. Tirso**

A Dr<sup>a</sup> Maria do Céu Brandão, representante da Associação de Solidariedade e Apoio Social de Santo Tirso (ASAS), apresentou a experiência de uma associação sem fins lucrativos, com uma vasta experiência em promoção da imagem e prestação de serviços à comunidade.

A ASAS de Santo Tirso, foi constituída em 1992, tendo em 1994 inaugurado a sua primeira valência, com um Centro de Acolhimento de Crianças. Sempre procurou as parcerias estratégicas que lhe possibilitassem o desenvolvimento das suas actividades e dos seus projectos, neste sentido cedo estabeleceu uma rede de parcerias.

Actuando, fundamentalmente nos Concelhos da Trofa e Santo Tirso, a ASAS conseguiu, pelo dinamismo da sua Direcção e corpo técnico, o reconhecimento da população e das Entidades parceiras nos seus projectos, desenvolvendo-os em diversas áreas, das quais se destacam: a intervenção com crianças em situação de risco, cuja valência se encontra em remodelação, a intervenção comunitária integrada e multi-funcional através do seu Gabinete de Acção Social, o Centro Comunitário da Trofa, o Projecto Percurso, no âmbito do EQUAL, que visa a

reconversão e requalificação profissional dos trabalhadores têxteis, sobre a responsabilidade do Departamento de Formação e Projectos.

Segundo a Dr<sup>a</sup> Maria do Céu Brandão, todo o dinamismo e capacidade de expansão da Associação são o resultado da conjugação de vários factores, que por sua vez resultam das opções estratégicas dos órgãos sociais, baseadas em diagnósticos sociais.

A primeira destas opções resulta da política de Recursos Humanos da ASAS, que privilegia a contratação de profissionais qualificados com criatividade e dinamismo, não negligenciando a contratação de pessoal em áreas como a Gestão e a Economia, para reforçar as equipas de trabalho e gerirem os recursos financeiros. Outra das preocupações da Direcção nesta área é a formação permanente dos seus profissionais.

A própria Direcção apresenta uma composição voluntária, com uma preocupação de gestão empresarial, proporcionando uma progressão na carreira aos técnicos, apelando ao trabalho em equipa, o que constitui, na sua opinião, uma motivação extra para o desempenho de funções.

As equipas de técnicos possuem total autonomia de funções, que lhes é delegada pela Direcção, não interferindo no trabalho da equipa.

Outra das estratégias adoptadas pela ASAS é a preocupação pela imagem e pela comunicação estratégica, que abrange a imagem da própria instituição através da constante renovação das publicações, emissões de documentos e brochuras. Preocupação patente, através do desempenho e esforço dos seus profissionais.

As próprias valências possuem uma identidade gráfica própria, para além de toda a instituição ter cuidado na imagem exterior da instituição, na preservação dos imóveis e na própria imagem das crianças.

A avaliação das acções e projectos da ASAS é realizada periodicamente através da produção de relatórios à Direcção.

A ASAS escolhe cuidadosamente os canais de divulgação da instituição e produz regularmente seminários, workshops e colóquios sobre variadas temáticas. A filosofia subjacente da Direcção é de que a divulgação de boas práticas da instituição é feita pelos utentes e pelos parceiros.

### **Encerramento e conclusões**

Devido ao adiantado da hora, as conclusões não foram possíveis, pelo que a Sessão de Encerramento foi imediatamente realizada. O painel de Encerramento foi realizado pelo

Presidente da ADFP de Miranda do Corvo, Dr. Jaime Ramos; pelo Dr. Fernando Martinho, Coordenador do Núcleo Distrital de Coimbra da REAPN e pela Dr<sup>a</sup> Fátima Ramos, Presidente da Câmara de Miranda do Corvo, que em nome da Autarquia agradeceu às instituições, técnicos e dirigentes presentes, toda a atenção prestada, bem como à ADFP pela oportunidade proporcionada. Finalmente, um último agradecimento à REAPN através do seu Núcleo Distrital pela oportunidade de realização de um evento desta natureza numa terra que, citou:” é pequena, sem grande património cultural, mas com uma grande tradição no trabalho social, com uma grande riqueza do ponto de vista humano, que é a mais importante”.

**Quadro IV –Listagem de participantes**

<b>Nome</b>	<b>Instituição</b>
Adélia Sá Marta	Assoc. Desenv. Formação Profissional
Ana Isabel Ferreira	Centro Social Cova e Gala
Ana Paula Bastos	ADELO
Ana Paula F. Simões Santos	Assoc. Desenv. Formação Profissional
Ana Sofia Trindade Pereira	Fórum Sócio Ocupacional Coimbra
Anabela Alves Rodrigues	Serviço Local Seg. Social Miranda Corvo
António Manuel Alves Nunes	Lar S. Martinho
Carla Isabel Alves Simões	Centro Social Alfarelos
Carla Raquel Simões Oliveira	Assoc. Desenv. Formação Profissional
Dalila Gameiro Salvador	Assoc. Desenv. Formação Profissional
Dina Fernanda Silva Carvalho Mendes	Câmara Municipal Penela
Dora Regina	Assoc. Desenv. Formação Profissional
Eulália Maria Sabino Silva Roque	Hospital Sobral Cid
Fernando Marques	Assoc. Desenv. Formação Profissional
Fernando Martinho	Associação Desenvolvimento Soure
Fernando Pedro Rodrigues	Centro Social Cova e Gala
Gastão Luísa Vilhena Santos	Assoc. Desenv. Formação Profissional
João Pedro Barros	Assoc. Desenv. Formação Profissional
João S. Neto	Centro Social Cova e Gala
Jorge Manuel Gomes Simões	Centro Social Alfarelos
José Balrinhas	Assoc. Desenv. Formação Profissional
José Almeida Gaspar Freitas	Centro Social Cova e Gala
Júlio Paiva	REAPN – Sede
Lúcia Domingues Barata	Assoc. Desenv. Formação Profissional
Luís Pedro Silva	Núcleo Distrital Coimbra REAPN
Magda Abreu	Instituto Apoio à Criança-Núcleo Coimbra
Manuel Costa	Assoc.Recr. Cultural Cigana Coimbra
Manuela Ferreira Espírito Santo	Centro Social Alfarelos
Maria Alice Fonseca Correia	Assistência Folquense
Maria Nadir Ferreira oliveira Dias	Centro Distrital Sol.Seg.Social Coimbra
Maria Natália Lopes	Assoc. Desenv. Formação Profissional
Maria João Martins Peres Alves	Hospital Sobral Cid
Maria Joana Dias Ruas Silva Sequeira	Câmara Municipal Lousã
Matilde Conceição Aleixo Marques	Lar Dr. Clemente Carvalho Pereira
Patrícia Cordeiro Silva	Associação Integrar
Paula Cristina Correia Duarte	Instituto Apoio à Criança-Núcleo Coimbra
Paula Paiva	Escola Superior Educação Coimbra
Samuel Gonçalves Coimbra	Câmara Municipal Miranda Corvo
Sandra Isabel A. Rodrigues	Assoc. Desenv. Formação Profissional
Sandra Lopes	Escola Superior Educação Coimbra
Sérgio Luís Rodrigues	Assoc. Desenv. Formação Profissional

**V Workshop “Medida Inserção Emprego do MSE”**

**Olhão, 19 de Novembro de 2002**

Este workshop, pretendeu ser um espaço de partilha de experiências e de “boas práticas” sobre o Mercado Social de Emprego, e mais especificamente sobre a **Medida Inserção/Emprego**.

O momento escolhido prende-se com duas ordens de razões: a primeira é de ordem político-social, numa altura em que a possível alteração do estatuto de beneficiário do Rendimento Mínimo Garantido ou pela nova designação de Rendimento Social de Inserção - trará necessariamente alterações nos processos de recrutamento/selecção dos beneficiários com acordos de inserção assinados nas áreas do emprego e/ou formação.

Por outro lado, pretendeu este encontro, ser igualmente uma plataforma de debate e reflexão sobre o Mercado Social de Emprego em Portugal, e, em particular sobre esta medida Inserção/Emprego, enquanto contributo no combate ao desemprego, à pobreza e exclusão social e um espaço de promoção da inclusão no contexto dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção, bem como dos membros do seu agregado familiar, por via da promoção e inserção profissional. Não se pretendia discutir a Lei, mas os efeitos directos e indirectos que ela terá nas populações alvo, bem como a sua capacidade de sucesso ou insucesso junto das mesmas populações, com particular incidência, na Região do Algarve, que possui características sociais e laborais muito específicas e quase sem paralelo no país.

A segunda ordem de razões, tem subjacente, a própria filosofia de trabalho da REAPN. A implementação dos Núcleos Distritais pelo país, sendo o Núcleo de Faro o de mais recente implantação, e a existência de um Protocolo entre o IEFP e a REAPN. A organização deste evento surge como um dos objectivos fundamentais da própria REAPN - o apoio e a dinamização da sociedade civil para uma participação activa, e com formas inovadoras de combate à pobreza e à exclusão social, fomentando o trabalho em parceria.

O encontro decorreu no Auditório da Associação Cultural de Apoio Social de Olhão (ACASO). Na Abertura estiveram a Dr<sup>a</sup> Sandra Araújo, Coordenadora Técnica da REAPN, a Dr<sup>a</sup> Graça Baptista, Vice-Coordenadora do Núcleo Distrital de Faro da REAPN e Directora Técnica da ACASO e o Dr. António Palma, Director do Centro de Emprego de Faro, em representação do IEFP.

A primeira intervenção, ficou a cargo da Dr<sup>a</sup> Sandra Araújo, que destacou os objectivos do encontro, enquadrando-o no âmbito do Protocolo e nos objectivos e âmbito de intervenção da REAPN. Explicitou em termos gerais a filosofia de trabalho da REAPN, bem como alguns dos principais traços da sua história, a importância da sua ligação aos fenómenos de pobreza e exclusão social, aos objectivos da Cimeira de Lisboa em 2000 e a estreita ligação ao PNAI.

O Dr. António Palma, passou a explicar todas as medidas do Mercado Social de Emprego, e fundamentalmente, aquelas a que as instituições se podem candidatar, para depois fazer uma síntese da actividade do MSE na região do Algarve.

De seguida fez uma breve análise à **caracterização geográfica e demográfica da região**.

O Algarve possui uma taxa de desemprego relativamente baixa (3,9 %), com tendência a aumentar, pelo menos, segundo a sua opinião, até meados de 2003, no entanto esta taxa não se limita a populações carenciadas e/ou excluídas, mas também a licenciados, principalmente com 25 anos ou menos, e ainda a pessoas com mais de 50 anos.

Em relação às medidas do MSE aplicadas na Região, é nos Programas Ocupacionais (Com 1025 casos, representam 68,7 %) e na Inserção/Emprego (86 casos, 5,5 %), que os limites máximo e mínimo das medidas promovidas pelo MSE no Algarve se encontram.

Em relação ao tipo de actividades desenvolvidas é nas áreas da limpeza e conservação de espaços, no apoio a idosos e no apoio social e comunitário, que se encontram a maior parte das actividades desenvolvidas no âmbito destas medidas.

Especificamente em relação à medida Inserção/Emprego, esta é uma medida com pouca expressão no Algarve, tendo o Dr. António Palma sensibilizado as instituições, técnicos e dirigentes presentes para o facto de esta ser uma das formas de integração social e laboral e aproveitando para convidar as entidades presentes a candidatarem-se, uma vez que existem verbas disponíveis, bem como apoio técnico-financeiro do IEFP.

No encerramento da Mesa de Abertura, a Dr<sup>a</sup> Graça Baptista, apresentou o trabalho desenvolvido pelo Núcleo Distrital de Faro da REAPN, e apelou à filosofia do trabalho em rede, como uma metodologia mais eficaz em relação a trabalhos mais sectoriais e fechados nas próprias instituições, confirmando a vertente da a informação como extremamente importante na obtenção de resultados e uma mais valia para as instituições.

Todo o trabalho em “rede”, facilita e promove a capacidade de acompanhamento das evoluções sociais e económicas da pobreza e da exclusão social, o surgimento de novas formas de pobreza implica actualização e rapidez de reacção em relação aos fenómenos.

Após a Sessão de Abertura seguiram-se as comunicações das representantes da delegação Regional do IEFP do Algarve. A primeira comunicação, foi a apresentação das Redes Regionais para o Emprego, (RRE), pela Dr<sup>a</sup> Adriana Machado, técnica da Delegação Regional do IEFP do Algarve.

As RRE tem por base jurídica a Resolução do Conselho de Ministros datada de 14 de Janeiro de 1998, que estimula a iniciativa e orienta a coordenação das actuações. A metodologia de trabalho, baseada no fomento das parcerias locais e regionais, no sentido da partilha de responsabilidades na execução das medidas do Mercado Social de Emprego, não pretende ser uma estrutura nova, mas uma nova metodologia de intervenção, no sentido de tentar resolver problemas de emprego e qualificação profissional.

Os parceiros que constituem a Rede são: o IEFP, a Comissão de Coordenação Regional do Algarve, a Direcção Regional da Economia, a Direcção Regional da Educação, as Autarquias Locais, IPSS's, Associações Empresariais, Associações de Desenvolvimento Local e outras entidades, todos estes parceiros integrados num processo aberto, onde cada Entidade pode estabelecer parceiros com quem mais lhe convier.

Todos os parceiros constituem um **Fórum Regional**, com um **Núcleo Coordenador** que inclui as Autarquias, a Comissão de Coordenação Regional e a estrutura local do IEFP, constituindo uma estrutura mais pequena, com um carácter mais operacional. Finalmente a estrutura é operacionalizada no "terreno" com a **Unidade de Acompanhamento Técnico**, que inclui as equipas de técnicos que irão trabalhar junto das populações.

As acções das RRE resumem-se basicamente à:

- 1 - Divulgação das diversas informações relativas a todos os programas, protocolos e medidas relativas ao Emprego e Formação Profissional.
- 2 - O apoio técnicos às empresas e às populações.
- 3 - Organização de acções formativas e educativas.
- 4 - Dinamização da iniciativa empresarial.

As RRE na Região do Algarve, são três: Guadiana Algarvio (CTE Vila Real Santo António, Algibe e Ria Formosa (CTE Faro, CTE Albufeira, CTE Loulé) e Arade e Costa Vicentina (CTE Lagos, CTE Portimão).

No entanto, esta é uma estrutura aberta, nada impede que um determinado CTE de uma RRE estabelecida com os esquemas de funcionamento acima descrito, possa estabelecer uma parceria com uma CTE de uma outra região.

A segunda comunicação foi realizada pela Dr<sup>a</sup> Ana Gonçalves, do IEFP da Região do Algarve, e visou especificamente a Medida Inserção/Emprego do Mercado Social de Emprego.

A Medida Inserção/Emprego foi regulamentada pela Portaria 1109/99 de 27 de Dezembro, e tem como destinatários os beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido com idade igual ou superior a 18 anos, com acordos de inserção assinados nas áreas do emprego e/ou formação, mediante o apoio ao desenvolvimento de actividades de interesse social.

Podem ser promotores as Autarquias, as IPSS's, as Fundações, Cooperativas e as Associações. As principais áreas de actividade visam o serviço de apoio social e de proximidade, a reabilitação do património cultural e ambiental, a animação turística, o desenvolvimento rural e agrário. Os apoios financeiros destinam-se a: a) Formação Específica (de 250 horas) onde se pretende que o beneficiário adquira conhecimentos gerais a nível do desenvolvimento pessoal e social e sócio-cultural e uma componente científico-tecnológica, e b) ao desenvolvimento de uma Actividade de Interesse Social, durante 12 meses, que poderá ser prorrogado por mais 6 meses.

O apoio técnico é dado pelo IEFP, na fase de selecção e recrutamento dos formandos e dos formadores. No que respeita ao apoio financeiro, o IEFP suporta a totalidade dos encargos com a Formação Específica e os encargos com o desenvolvimento das actividades de interesse social. Na fase do desenvolvimento da actividade de interesse social, o IEFP paga o valor do salário mínimo nacional, caso o beneficiário não tenha direito a prestações de desemprego e 20% do valor da prestação mensal de desemprego, caso o beneficiário aufera prestação de desemprego.

As actividades de interesse social possíveis são vastas e podem abranger a jardinagem, a carpintaria, a geriatria e outras. Está contemplado também um prémio de integração para Entidades Promotoras.

#### ❖ **Iniciativas no âmbito da Medida Inserção/Emprego**

A parte da tarde, decorreu com a apresentação de experiências por parte de Entidades Promotoras da medida Inserção/Emprego na Região do Algarve. Assim foram apresentadas as intervenções / projectos neste âmbito, da Câmara Municipal de Silves, Santa Casa da Misericórdia de Vila Real de Santo António e da Câmara Municipal de Olhão.

A Câmara Municipal Silves tem apresentado projectos no âmbito do Programa Inserção/Emprego em áreas de maior necessidade de contratação de pessoal, a adesão desta Edilidade ao programa assenta em três factores:

- 1- A valorização dos formandos por via da formação teórica e exercício de uma actividade específica, desenvolvendo competências pessoais, sociais e profissionais.
- 2- A ajuda a grupos sociais desfavorecidos, nomeadamente os beneficiários do RMG.
- 3- Os benefícios financeiros dados pelo IEFP durante a duração dos projectos.

Tendo em conta estes factores, a Câmara Municipal de Silves apresentou candidaturas em três áreas de actividade: Manutenção de Espaços Públicos, Jardinagem e Calcetaria.

Todos os cursos tiveram uma fase de formação específica de 250 horas, compostas por módulos que abrangeram a Legislação Laboral, a Língua Portuguesa, o Desenvolvimento Pessoal e Social, a Higiene e Segurança no Trabalho, para além de uma actividade específica que variava de curso para curso.

No curso de manutenção de Espaços Públicos, foram notificados 15 formandos (7 homens e 8 mulheres), 7 iniciaram a formação, tendo terminado 5 (3 homens e 2 mulheres). Solicitada a prorrogação por um período de mais seis meses, a Autarquia considerando que os formandos reuniam os requisitos necessários ao desempenho das funções, resolveu proceder à sua integração profissional.

No Curso de Jardinagem, foram notificados 10 formandos (4 homens e 6 mulheres) e todos os formandos chegaram ao fim da formação, sendo a avaliação positiva. Também neste curso o prazo de prorrogação por mais seis meses foi pedido para 6 formandos, uma vez que ainda decorre este período, foi manifestado por parte da Autarquia a vontade de proceder à contratação destes após o termo da prorrogação.

No curso de Calcetaria foram notificados 9 homens, dos quais 5 estão integrados no 1º emprego e os restantes 4 em novo emprego. O curso tinha sido iniciado apenas há algumas semanas, estando a decorrer a fase de Formação Específica, sendo prematuro fazer qualquer tipo de avaliação. No entanto a Câmara Municipal de Silves já manifestou o interesse em integrar nos seus quadros, os formandos que finalizarem o curso, desde que, se verifique uma clara demonstração de empenho profissional e social por parte destes.



**Santa Casa da Misericórdia de Vila Real de Santo António**

A Santa Casa da Misericórdia de Vila Real de Santo António, é uma IPSS com um longo historial de trabalho social que se iniciou em 1928, mas só a partir de 1976, passa a tutelar algumas valências que já existiam noutras instituições e consegue colmatar algumas lacunas ao nível das necessidades de pessoal profissionalmente apto.

A sua experiência neste Programa, é apenas uma das muitas a que concorreu no quadro dos mais variados programas do IEFP, e mais concretamente do CTE de Vila Real de Santo António.

A candidatura ao Programa Inserção/Emprego por parte desta instituição foi para um curso de "Agentes de Geriatria". A selecção e recrutamento apurou 6 indivíduos do sexo feminino, com idades entre os 23 e os 51 anos, com graves carências económicas, residentes no concelho, com as quais foram assinados Acordos de Formação/Inserção.

A Formação Específica, decorreu durante dois meses, com um total de 250 horas e com módulos que visaram a Organização Sócio-Cultural, Deontologia e Ética Profissional e outras matérias que perfizeram um total de 102 horas. Pelas características do curso foram introduzidos módulos mais específicos, tais como: Animação do Idoso, Psicologia do Idoso, Saúde Mental na 3ª Idade e outros, num total de 148 horas.

A Actividade de interesse Social foi realizada em contexto real de trabalho nas valências da instituição.

Dos seis formandos que iniciaram este curso, foi pedida a prorrogação de seis meses, para três deles, que terminará em Fevereiro de 2003. A Câmara Municipal de Silves considera a prorrogação do prazo uma mais-valia para a consolidação da experiência profissional e da competência técnica dos formandos, bem como a possibilidade de integração profissional na Instituição.

**Câmara Municipal de Olhão**

Ainda no âmbito, da Medida Inserção/Emprego do Mercado Social de Emprego, foi apresentada a experiência da Câmara Municipal de Olhão, por parte da Dr. Conceição Gonçalves.

## **Conclusões**

As conclusões ficaram a cargo do Dr. Júlio Paiva, técnico da REAPN, que salientou a importância do trabalho em “rede” salientado neste workshop, como trabalho realizado em parceria, participação de todos os envolvidos, troca de fluxos de informação, mas por outro lado, também, um apelo à sociedade civil, aos movimentos associativo e cooperativo e um apelo aos direitos de cidadania, sendo que a pobreza e a exclusão social está muitas vezes associada ao desconhecimento dos direitos dos cidadãos.

A pretexto do debate e reflexão sobre a medida Inserção/Emprego, a dinâmica de todo o workshop decorreu à volta de todas as Medidas e Protocolos do Mercado Social de Emprego e dos seus efeitos na luta contra a pobreza e exclusão social. O MSE é um espaço de inclusão social, muito para além das medidas específicas, também promove a integração social no contexto de regiões desfavorecidas, numa lógica de desenvolvimento local e regional, e o desenvolvimento sustentável.

Outras das questões que se abordou neste encontro numa forma transversal foram as novas formas de pobreza e exclusão social, a juntar aos já grupos “clássicos” de pobres, foram-se acrescentando novos grupos que resultaram de mutações sociais nomeadamente o desemprego prolongado, o endividamento das famílias, a imigração e outros.

As formas complementares ao Mercado Social de Emprego tais como o Micro-crédito, o Movimento cooperativo e outros, através dos seus representantes em Portugal, podem constituir-se como complementos às iniciativas do IEFP.

Uma chamada de atenção para as potencialidades da Economia Social ou Terceiro Sector, com uma alta taxa de crescimento na Europa e no Mundo, e com possibilidade de, para além de gerar novos empregos e como tal combater a exclusão social e laboral, representa um factor gerador de riqueza e inovação empresarial.

Como principais vantagens da medida Inserção/Emprego, contam-se:

- 1) Necessária aposta no reforço das competências da Medida (e em todas as outras), das vertentes que permitam o acesso a competências profissionais, nomeadamente no reforço das qualificações e habilitações para o exercício de uma profissão.
- 2) Maior acompanhamento dos processos de inserção, não chega só a mera aplicação das medidas, uma vez que lidámos com públicos que apresentam problemas de

## RELATÓRIO EXECUÇÃO - 2002

integração e de socialização urge um maior acompanhamento, por parte dos técnicos e Entidades, dos beneficiários.

- 3) Reforçar as parcerias locais e regionais, porque é nelas que se encontra a maior aposta para a erradicação dos problemas de pobreza e exclusão social e para que contribuam para um maior desenvolvimento local sustentável.

### Quadro IV -Listagem de participantes

Nome	Instituição	Função
M <sup>ª</sup> Vitória Santos Virote	S.C.M. Vila Bispo	Assistente Social
Luís Manuel P. Silva	S.C.M. Loulé	Vogal
Carla A.Ricardo Henriques	S.C.M. Olhão	Directora Técnica
M <sup>ª</sup> José Corvo Henriques	Fundação Irene Rolo	Psicóloga
Elsa Tomás F. Oliveira	APPACDM Faro	Técnica Acompanhamento
M <sup>ª</sup> Fernanda Marcos	S.C.M. V <sup>ª</sup> R.Sto António	Directora Serviços
António Palma	IEFP	Delegado Regional
Adriana Machado	IEFP	Técnica
Ana Gonçalves	IEFP	Técnica
Carlos Alberto R.Alvo	Cent. Ap.Idosos Ferragudo	Chefe Serviços
Ana Fátima S. Vieira	Fund. António Silva Leal	Directora Departamento
Susana Isabel Bandarra	Fund. António Silva Leal	Psicóloga Clínica
Fernando M. R. Rocha	APALGave	Presidente Direcção
Fernando Dourado	Junta Freguesia Sé-Faro	
Joaquim Teixeira	Junta Freguesia Sé-Faro	
Susel M <sup>ª</sup> Viegas	Grupo Ap.Toxicodepend.	
Ana Luísa G.M. Rodrigues	Grupo Ap. Toxicodepend.	Técnica Inv. Social
Pedrina M <sup>ª</sup> Mendes Ponte	ACASO - Olhão	Técnica Serviço Social
Célia Branco	ACASO - Olhão	Técnica Serviço Social
Francisco Conceição Lopes	Câmara Municipal Tavira	Técnico Serviço Social
Patrícia T.C. Mendes	Cruz Vermelha - Tavira	Coordenadora Projecto
Ricardo A.P. Garcia	Cruz Vermelha - Tavira	Gestor Financeiro
Ana Isabel Costa Ribeiro	Cruz Vermelha - Tavira	Coordenadora Projecto
José Augusto Piloto		
Luísa David	ARPI	
Isa M <sup>ª</sup> Correia Gomes	Instituto Reinserção Social	Técnica
M <sup>ª</sup> Aliete C. Cabrita	Instituto Reinserção Social	Coordenadora Equipa
Cristina M <sup>ª</sup> Furtado	IDFG	Directora Técnica
Isabel Cristina Santos	CIMFaro	
Nuno Tiago Esteves	ODIANA	
Maria Elizabete Viana	EXISTIR	Técnica Serviço Social

**Realização de visitas inter-institucionais****2****2. Visitas Interinstitucionais para promoção e intercâmbio de experiências entre os promotores das medidas do MSE**

No contexto da realização dos encontros de debate e reflexão estava prevista a realização de um conjunto de visitas inter-institucionais a entidades promotoras de projectos no âmbito do MSE, considerando estas visitas como um estímulo para iniciativas existentes ou a surgir, e como forma de divulgação das boas práticas nacionais na aplicação das medidas e programas do MSE.

**Visita à Empresa de Inserção Amares Natural**

O Núcleo Distrital de Braga da REAPN promoveu no dia 28 de Maio de 2002, uma visita institucional à Empresa de Inserção “Amares Natural”, cuja entidade promotora é a Santa Casa da Misericórdia de Amares.

Desde 2001 que o Núcleo de Braga da REAPN tem vindo a realizar visitas institucionais com o objectivo de promover e desenvolver o conhecimento inter-institucional, visando melhorar o conhecimento regional acerca dos recursos disponíveis e das dificuldades encontradas pelas organizações para fazerem face aos problemas com que se confrontam.

Tendo em conta a existência do Protocolo IEFP/REAPN, esta iniciativa pretendeu associar à divulgação de boas práticas na aplicação da medida Empresas de Inserção, um momento de debate e reflexão entre os participantes, nomeadamente, representantes de entidades promotoras de projectos de Empresas de Inserção.

**Entidades convidadas**

Para além das instituições-membros, o Núcleo de Braga da REAPN convidou formalmente outras entidades, promotoras de empresas de inserção do distrito de Braga, para participarem nesta visita.

*Instituições-membros do Núcleo:*

- Associação para o Desenvolvimento Integrado do Vale do Ave – Sol do Ave
- Associação Humanitária Habitat
- Casa de Saúde do Bom Jesus

## RELATÓRIO EXECUÇÃO - 2002

- Centro Social da Paróquia de S. Lázaro
- Centro Cultural e Social Stº Adrião
- Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Braga
- Esposende Solidário
- Associação Olho Vivo – Núcleo de Braga
- Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral – Núcleo de Braga
- Sociedade de S. Vicente Paulo
- Projecto de Desenvolvimento Integrado de Vieira do Minho

### *Outras instituições (entidades promotoras de Empresas de Inserção):*

- Centro Social de Brito (Guimarães)
- Centro Social, Cultural e Recreativo Abel Varzim (Barcelos)
- ENGENHO – Associação para o Desenvolvimento Local do Vale do Este (V.N. Famalicão)
- Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais de S. Torcato (Guimarães)
- Associação Pedras Brancas (Terras de Bouro)
- Associação para o Desenvolvimento Social da Póvoa de Lanhoso
- Santa Casa da Misericórdia de Fão (Esposende)

### *Outras:*

- Instituto Monsenhor Airosa (Braga)

## Entidades participantes

### Quadro IV –Listagem de participantes

Nome	Instituição	Entidade promotora de..
Pedro Nuno Meneses	Casa de Saúde do Bom Jesus (Director)	Cooperativa de Solidariedade Social – “Colorir Coop”
Irmã Superior Maria André Alves	Casa de Saúde do Bom Jesus (Direcção)	“
Maria Manuela Miranda	Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais de S. Torcato (Coordenadora E. Inserção)	Empresa de Inserção
Maria Alice Abreu Freitas	Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais de S. Torcato (Direcção)	“
Anabela Monsanto Afonso	APPC – Núcleo de Braga (técnica)	.....
Eduarda Maria Pereira	APPC – Núcleo de Braga (Directora técnica)	“
Cristina Manuela Faria	Centro Cultural e Social Stº Adrião (Coordenadora E. Inserção)	Empresa de Inserção
Fátima Veiga	REAPN	.....
Isabel Amorim	REAPN - Braga	“
Teresa de Jesus Capela	Associação Pedras Brancas/ Terras de Bouro (Técnica)	Empresa de inserção
Técnica	Associação Pedras Brancas (Técnica)	“
Maria Manuel Pinheiro	E.I. Amares Natural (Psicóloga)	Empresa de inserção
Ricardo Cruz	E.I. Amares Natural (Técnico de Comunicação)	“

Paulo Pimentel	E.I. Amares Natural (Sociólogo)	“
----------------	------------------------------------	---

N.º total de participantes: 14 pessoas

#### ❖ **Breve Enquadramento**

- Amares é um concelho constituído por 24 freguesias e possui uma população de aproximadamente 18 mil habitantes; o alcoolismo, o analfabetismo, a falta de oportunidades de emprego, a habitação degradada, são problemáticas bastante marcadas neste concelho.

- A empresa de inserção surgiu através da aprovação da candidatura apresentada a esta medida do Mercado Social de Emprego, pelo projecto “Inovar Amares” em 1999;

- O projecto “Inovar Amares” apresentou nesta época uma candidatura à Medida 2 do POEFDS no âmbito do QCA II, que foi aprovada, para a realização de sete cursos de formação profissional, dois dos quais foram: Pastelaria e Culinária para Infância;

- Os técnicos deste Projecto de Luta contra a Pobreza (duração do projecto:1995-2002) procederam a realização de um Estudo de Mercado e verificaram a inexistência de serviços de preparação e distribuição de refeições aos infantários da rede pública do concelho e inexistência de pastelaria tradicional;

Estes dois pontos anteriores foram determinantes para a escolha dos ramos de actividade da empresa de inserção: confecção e distribuição de refeições aos infantários da rede pública e pastelaria regional/tradicional.

#### ❖ **Constituição – objectivos e actividade**

A empresa de inserção é uma medida do Mercado Social de Emprego que possibilita oportunidades de emprego e o colmatar de faltas de respostas de prestação de serviços e produção de certos produtos a nível local;

A empresa de inserção “Amares Natural” é constituída pelos seguintes colaboradores: 3 ex-beneficiários do RMG, 3 ex-desempregados de longa duração, 2 currículos alternativos (através do protocolo com a EB2,3 de Amares) e um monitor (pasteleiro);

Duas colaboradoras receberam o prémio de integração, pelo que neste momento integram o Quadro de pessoal da empresa;

A equipa técnica da empresa, que fazia parte do projecto “Inovar Amares” (cujo término deu-se em Abril de 2002) é constituída por uma psicóloga, um técnico de comunicação e uma gestora.

A empresa possui as seguintes actividades: produção de pastelaria regional de laranja, pastelaria corrente, refeições para os infantários da rede pública (neste momento para nove); e prestação de serviços de Coffee-break's, almoços, comunhões, baptizados, buffets, lanches.

### ❖ **Modo de funcionamento / Mercados e Comercialização dos produtos**

A gestão da empresa é repartida em quatro sectores: Recursos Humanos, Produção (ambos afectos a psicóloga), Comercial (afecto ao técnico de comunicação) e Administrativo/Financeiro (a cargo da gestora);

O Sector do Recursos Humanos diz respeito ao acompanhamento psicossocial dos colaboradores e a articulação com a família e a comunidade;

A Produção refere-se a aos produtos e a prestação de serviços anteriormente enunciados;

O Sector Comercial engloba: o Marketing e a Publicidade que se prende com a criação da imagem – logotipo, carrinha, participação em feiras, desdobráveis, protocolos com os media (rádios e jornais), e a Construção da Carteira de Clientes – protocolos com autarquias, com empresas privadas, com associações privadas, negociações com particulares, elaboração e envio de *mailing*;

Existe um protocolo com a Associação Industrial do Minho que confere à empresa “Amares Natural” a elaboração dos “coffee-breaks” dos seminários/colóquios promovidos por aquela entidade e, no âmbito de formação para activos;

A área Administrativa/ Financeira integra a facturação, os pagamentos aos colaboradores e fornecedores, os registos da evolução da empresa (situação actual e perspectivas).

### ❖ **Principais resultados e elementos de avaliação**

- São confeccionadas e distribuídas mensalmente 3 740 refeições;
- Foram prestados pela empresa, 176 Serviços desde Novembro de 2000;
- Os resultados das vendas indicam um crescimento em “flecha”; (em 1999 o total do valor de vendas foi de 5 271,72 €, em 2000 foi de 41 071, 45 €, e em 2001 de 63 721,44 €);
- A empresa ministra periodicamente inquéritos às escolas, sobre o grau de satisfação relativamente aos serviços prestados; os resultados são muito satisfatórios quanto à relação Empresa/ Escolas, à qualidade das ementas e ao o serviço prestado;
- Existem diversos tipos de constrangimentos; um deles diz respeito as características dos colaboradores: oriundos do meio rural, baixa auto-estima, baixas qualificações escolares e profissionais, ritmos de trabalho não compatíveis com as exigências do mercado, pertença a ciclos de pobreza instalada, indisciplina pessoal. Outro tipo de constrangimentos refere-se a concepção do modelo das Empresas de Inserção porque não contempla o apoio técnico aos colaboradores

em posto de trabalho, existe uma exigência de elevada rotatividade dos colaboradores o que condiciona a aquisição de competências sólidas que favoreçam a empregabilidade, e o apoio financeiro a fundo perdido muito baixo que não permite que a empresa se torne competitiva a curto/médio prazo;

- Apesar dos constrangimentos, as empresas de inserção possuem virtualidades: valorização pessoal e social da população-alvo, aquisição de competências que facilitam a sua autonomia profissional, rompimento com ciclos de pobreza, ascensão social, a criação de respostas na área económica que permitem a inserção, a sensibilização das entidades públicas e privadas para as questões de pobreza e de exclusão social, o reconhecimento das empresas de inserção como forma de promoção do desenvolvimento local e da coesão social.

#### ❖ Debate

Este momento possibilitou o intercâmbio de saberes e experiências sobre a temática em questão.

- o Uma das questões que foi levantada com preocupação refere-se ao efectivo processo de (re)inserção profissional do(s) colaborador(es) no mercado de trabalho, devido à elevada rotatividade destes e que a própria medida exige;
- o Também foi referido a existência de situações de inadequação do perfil do colaborador ao seu posto de trabalho que acarreta improdutividade e disfunções em todo o processo laboral;
- o Alguns participantes referiram dificuldades sentidas no acompanhamento psico social a este tipo de população, muitas vezes desprovidos de hábitos de trabalho, inclusive da noção do cumprimento de horários e de responsabilidades;
- o Existem grandes dificuldades em tornar as empresas de inserção competitivas ao nível empresarial. Neste contexto, uma das estratégias que tem sido adoptada pelas entidades promotoras de empresas de inserção consiste em atribuir a estas o exercício das suas actividades na própria instituição, de modo a assegurar uma certa regularidade ao seu funcionamento. Por exemplo, a empresa de inserção do Centro Cultural e Social Santo Adrião, cujo ramo de actividade é a manutenção e limpeza de espaços, presta sobretudo os seus serviços ao próprio centro. Outro exemplo, é a empresa de inserção de Serviço de Bar e refeições da Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais de S. Torcato, que desempenha a sua actividade também na própria instituição.
- o Surgiu a informação por parte de uma participante que o Regulamento Interno do Mercado Social de Emprego tinha sido recentemente alterado devido a mudança de Governo, o que desencadeia um sentimento de incerteza quanto ao futuro das empresas de inserção;



- Neste momento a empresa “Amares Natural” encontra-se a desenvolver cursos de formação profissional no âmbito da Medida 5.3 do POEFDS, inclusive na área da culinária.

Após um momento de reflexão e debate, os participantes deslocaram-se á empresa de inserção, que possibilitou não só um contacto directo com os recursos disponíveis e condições de trabalho existentes, mas também com as colaboradoras e formandas presentes.

### **Conclusão**

Pode concluir-se que o balanço desta visita foi positivo, na medida em que possibilitou o intercâmbio de experiências e dificuldades sentidas entre entidades promotoras de empresas de inserção (e outras instituições), e permitiu visualizar *in loco* a operacionalização do projecto.

O trabalho desenvolvido pela empresa de inserção “Amares Natural” representa um bom exemplo de empenhamento técnico e de gestão, não só pela efectiva reinserção de desempregados(as) no mercado de trabalho (em especial de duas colaboradoras que receberam o prémio de inserção e se encontram no Quadro de pessoal da empresa), como também, pelo visível crescimento da produtividade e rentabilidade da empresa.

## Dinamização de Acções de formação no âmbito da Economia Social

# 3

### 3. Acções de Formação

Dando cumprimento aos objectivos do Plano de Actividades de 2002 realizaram-se duas acções de formação, em regime residencial, dirigidas especificamente a técnicos e dirigentes de organizações de Economia Social, com o intuito de contribuir para o aprofundamento e para uma melhor compreensão do sector da economia social em Portugal.

A dinamização de uma estratégia formativa neste domínio de intervenção resulta da constatação da necessidade de contribuir para uma melhor compreensão dos fenómenos em causa e para a afirmação da identidade das organizações do Terceiro Sector.

A acção de formação intitulada “O Sector da Economia Social em Portugal” teve como objectivos específicos:

- Incorporar os objectivos e a filosofia da economia social;
- Analisar a diversidade de conteúdos das políticas públicas relativas ao Terceiro Sector e emprego;
- Avaliar as políticas com o objectivo de identificar as medidas que funcionam como obstáculos ou, por outro lado, alavancas para o aparecimento do emprego na Economia Social;
- Promover a qualificação das organizações da Economia Social, tendo em vista a acessibilidade, a qualidade e a inovação dos serviços prestados/produtos, e a sua auto-sustentação;
- Desenvolver acções que promovam o enriquecimento e valorização do trabalho social e de utilidade colectiva, contribuindo para a melhoria do estatuto, enquadramento e estabilidade dos profissionais das organizações da Economia Social.

A formação teve a duração total de 15 horas (repartidas por uma tarde e dois dias, em horário laboral) com o seguinte programa:

**Sessão de Abertura**

*Facilitador:* Sandra Araújo, REAPN

**Sessão I: Economia Social e Terceiro Sector: Plano Nacional de Emprego e Políticas Públicas com Impacto Positivo no Sector da Economia Social**

*Formadores:* Alberto Alberani, Lega Coop. Area Sociale

Dra. Lurdes Barata, INSCOOP

**Sessão II: Delimitação, Caracterização e Potencialidades de Desenvolvimento do Sector da Economia Social em Portugal**

*Formador:* Dr. Miguel Carneiro, INSCOOP

**Locais de realização**

A primeira acção decorreu no Estoril (Hotel Paris), em Maio, nos dias 15, 16 e 17, tendo abrangido participantes das seguintes regiões: Castelo Branco, Braga, Coimbra e Lisboa.

A segunda acção decorreu em Évora (Évorahotel), em Junho, nos dias 19, 20 e 21, tendo abrangido participantes de Évora, Beja e Faro

**Metodologia de Avaliação**

A avaliação desta formação teve como base três instrumentos principais:

- Análise das folhas de assiduidade;
- Análise dos resultados de um questionário de avaliação ministrado aos formandos;
- Acompanhamento feito pelo técnico da REAPN.

Por se tratarem de duas acções passamos a apresentar a avaliação de cada uma das acções.

1º Acção de Formação “O Sector da Economia Social em Portugal “  
Estoril, 15-17 de Maio

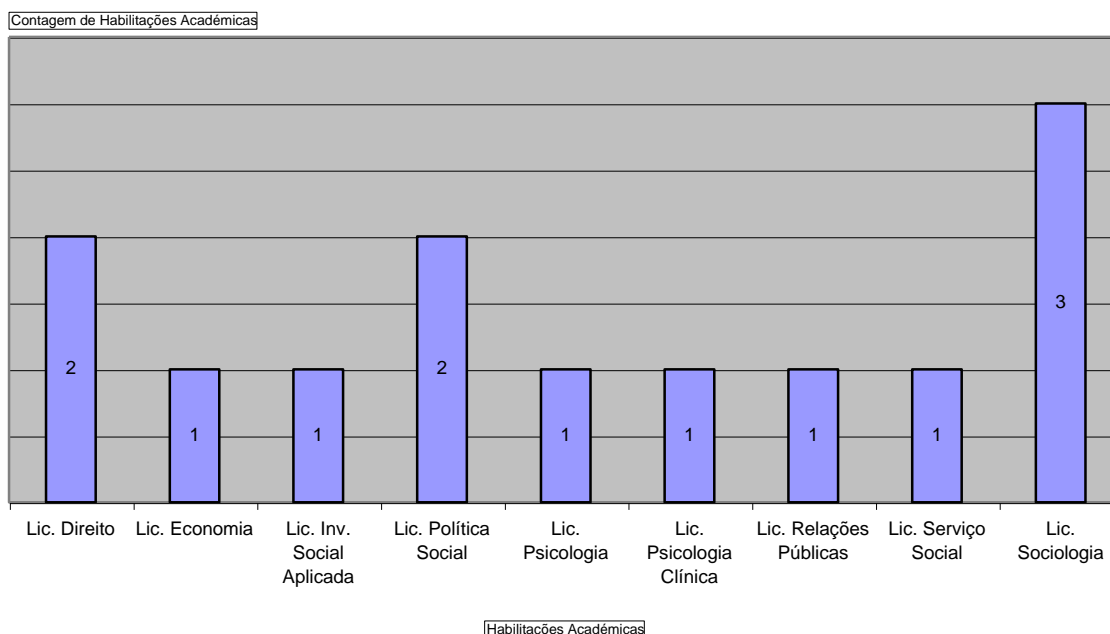
**Perfil dos formandos**

Registou-se um número total de 17 inscrições. De entre estas, verificaram-se 4 desistências sendo o grupo final de formandos composto por 13 elementos (8 elementos do sexo feminino e 5 do sexo masculino).

Em termos etários a média de idades do grupo foi de 31,83 anos, sendo que o intervalo etário de maior frequência foi o de 25 – 29 anos (7 casos).

Em termos de habilitações, todos os formandos possuem um grau de licenciatura destacando-se os licenciados em Sociologia (3 casos), em Política Social (2 casos) e Direito (2 casos), conforme se pode observar pelo gráfico seguinte.

**Gráfico 1: Habilitações Académicas dos Participantes**



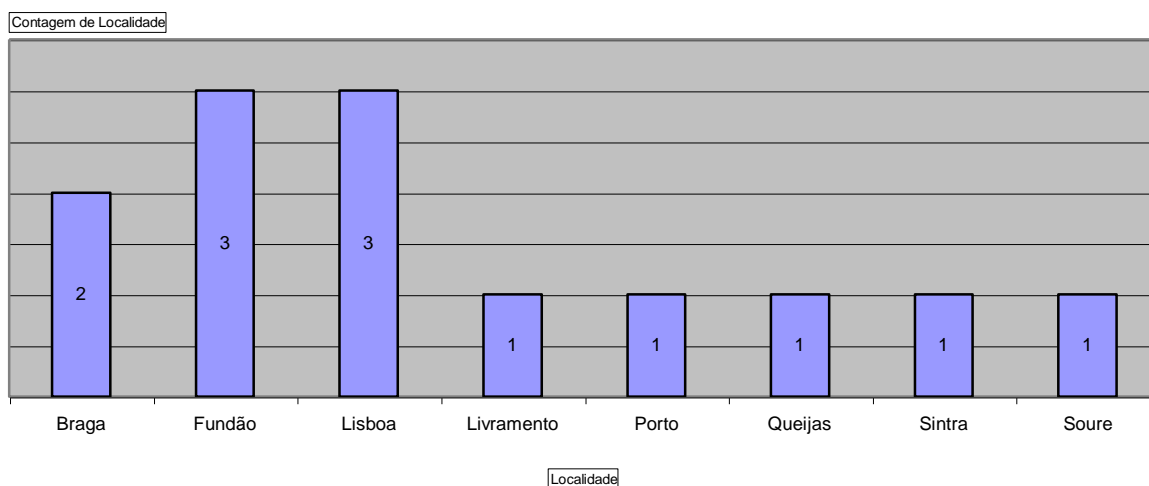
Os 13 participantes representaram 10 instituições (de várias regiões do país) que abaixo se listam.

<b>Quadro 1: Instituições Representadas</b>
ADIBB - Ass. de Desenvolvimento Integrado Beira Baixa
Ass. de Desenvolvimento de Soure
Associação "A Casa de Betânia"
Centro Cultural Sto. Adrião
CERCICA
LPDM - CRS
O Companheiro
PLCP - Misericórdia do Fundão
Santa Casa da Misericórdia do Fundão
Santa Casa da Misericórdia de Sintra

Em termos etários a média de idades do grupo foi de 31,83 anos, sendo que o intervalo etário de maior frequência foi o de 25 – 29 anos (7 casos).

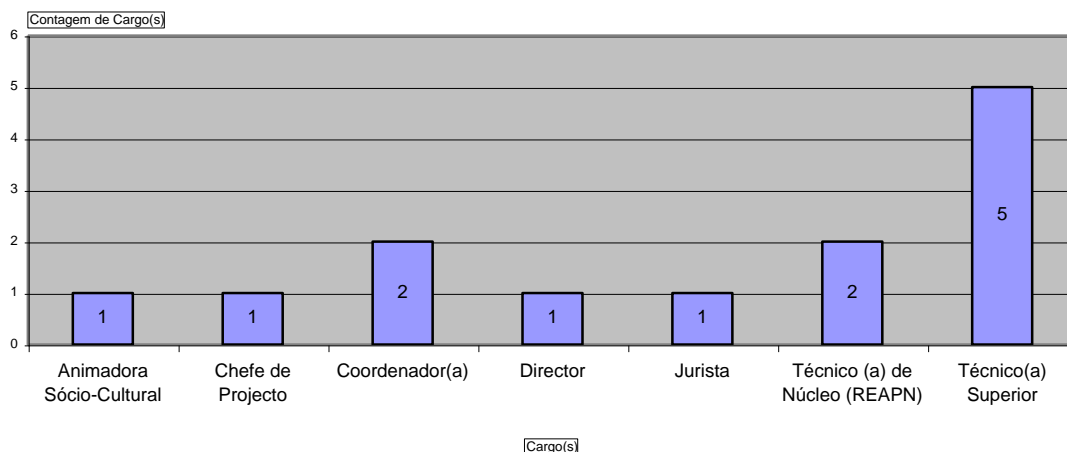
Em termos de habilitações, todos os formandos possuem um grau de licenciatura destacando-se os licenciados em Sociologia (3 casos), em Política Social (2 casos) e Direito (2 casos), conforme se pode observar pelo gráfico seguinte.

**Gráfico 2: Localização das Entidades Representadas**



Em termos de cargo que ocupam nas instituições, a categoria mais representada é a de Técnico(a) Superior – 5 casos, conforme se poderá verificar pela leitura do gráfico seguinte.

Gráfico 3: Cargo ocupado nas Instituições



## Resultados da Avaliação

### Assiduidade dos participantes

Relativamente a este ponto, podemos afirmar que se verificou um bom nível de participação dos formandos, tendo-se em todas as sessões registado a presença de 12 formandos, como se poderá verificar pelo mapa de assiduidade (ver anexo). Registou-se igualmente o facto de 10 formandos terem participado em todas as sessões, facto significativo dado que o grupo era constituído por apenas 13 participantes.

### Resultados do questionário de avaliação

Os dados seguintes resultam da análise de 10 questionários recepcionados.

Em termos de **programa** e de **funcionamento** dos Módulos, constata-se que na generalidade as sessões foram avaliadas como “boas”. Sobre este ponto convém notar que o formador do Módulo II (Dr. Miguel Carneiro) foi avaliado mais positivamente ao nível da metodologia de trabalho utilizada para animar as sessões.

Em termos de **conteúdos**, apesar de os mesmos também terem sido avaliados de forma satisfatória, alguns formandos criticaram o facto das sessões se terem centrado muito no tema do cooperativismo.

Registou-se ainda, alguma insatisfação dos formandos relativamente aos **equipamentos** disponíveis assim como aos **materiais** fornecidos. Sobre este ponto convém referir que, dado o facto de ser moroso conseguir fotocópias junto dos serviços de apoio do Hotel Paris, foi combinado com os formadores o envio, por correio electrónico, da documentação entregue, para posterior reenvio aos formandos. No entanto, até à data, não foi recepcionado qualquer email relativo a este assunto.

O **secretariado** foi avaliado positivamente, quer ao nível da rapidez com que respondeu às diversas solicitações, quer ao nível da disponibilidade do técnico da REAPN que teve a cargo essa tarefa.

O **local** escolhido para a realização desta Acção de Formação (hotel Paris, no Estoril) foi avaliado positivamente em termos da acessibilidade e das condições de espaço, apesar de alguns reparos às condições térmicas da sala (bastante quente, sobretudo da parte da tarde mesmo com o ar condicionado ligado).

Em termos de **atitudes e práticas que os formandos consideram ter adquirido**/desenvolvido durante a formação, os aspectos mais assinalados foram o reconhecimento da necessidade de ter acesso a mais fontes de informação e necessidade de tempo/espaço para reflectir sobre as práticas de intervenção social.

### **Considerações finais**

Os destinatários principais desta Acção de Formação eram técnicos e dirigentes de organizações de Economia Social da Região de Lisboa e Vale do Tejo. No entanto, dado a dificuldade em conseguir mobilizar instituições dessa região, a REAPN adoptou como estratégia contactar entidades de outras zonas do país. Deste modo, registou-se a participação de entidades dos distritos de Braga, Castelo Branco e Coimbra. No entanto, e apesar desse último esforço de mobilização, o número de inscrições foi baixo, facto algo estranho dado que esta formação teve carácter residencial sendo o custo de participação bastante reduzido.

Todos os participantes consideraram que o planeamento desta formação resultou positivamente e que a mesma veio de encontro às suas expectativas salientando o bom relacionamento/convívio entre formandos e formadores. A presença dos formadores anunciados, a pontualidade e o bom acolhimento foram outros factores considerados como causa do sucesso desta acção.

**II - Acção de Formação “O Sector da Economia Social em Portugal “  
Évora,19-21 de Junho**

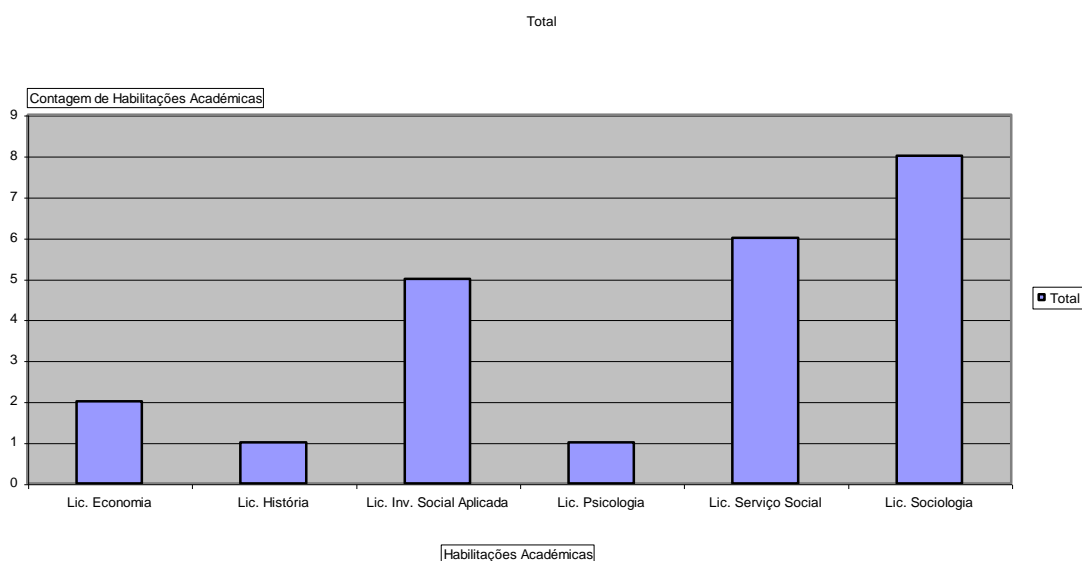
**Perfil dos formandos**

Inscreveram-se **23** formandos no total, no entanto só **18** frequentaram a acção de formação, verificando-se **5** desistências (constituíram assim o grupo final **15** elementos de sexo feminino e **3** do sexo masculino).

A média de idades do grupo participante foi de **30,44**, sendo os intervalos dos **30-34** anos e o dos **25-29** respectivamente com **8** e **7** indivíduos os mais representados.

No que diz respeito às habilitações académicas (**Gráfico 1**) todos os formandos possuem o grau de Licenciatura com especial incidência em **Sociologia (8 casos)**, em **Serviço Social (6 casos)** e em **Investigação Social Aplicada (5 casos)**.

**Gráfico 1: Habilitações académicas dos participantes**





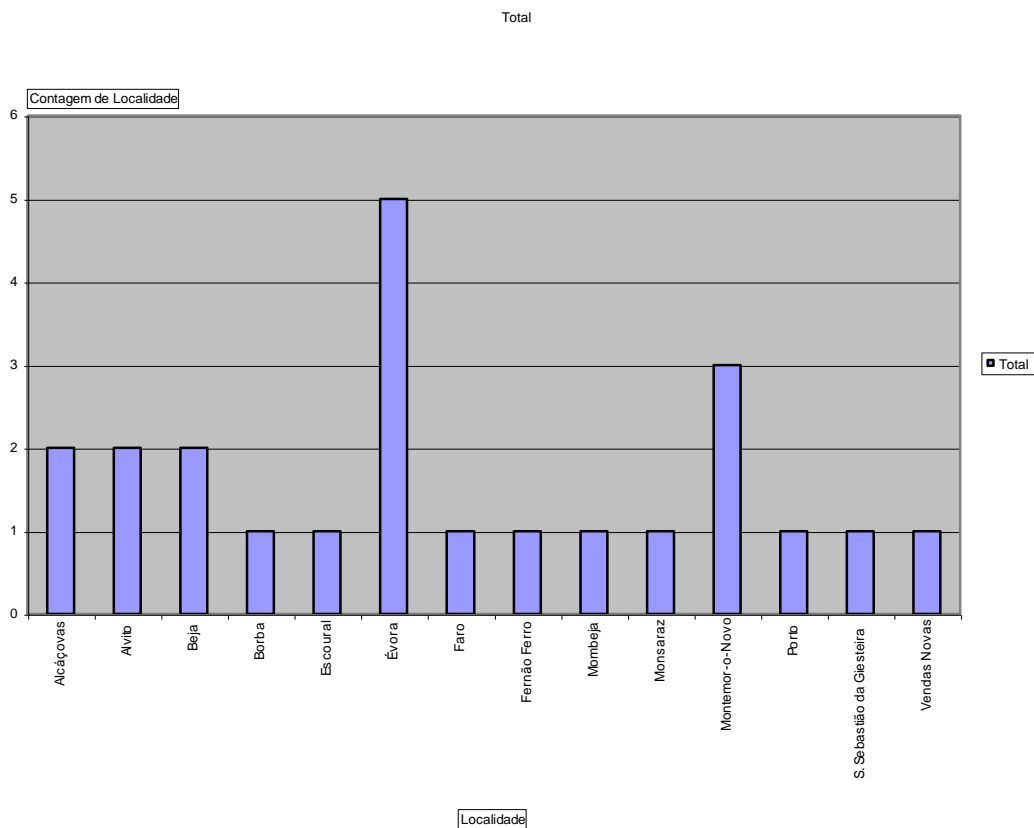
Os 18 participantes representaram 13 instituições, na sua grande maioria com sede na Região do Alentejo, de acordo com o gráfico seguinte.

<b>Instituições</b>	
APPC – Évora	CERCIMOR
Ass. Defesa dos Interesses de Monsaraz	Fundação António Silva Leal
Associação Terras Dentro	Fundação Eugénio de Almeida
Ctro Paroq. Bem Estar Social de Fernão Ferro	Lar de Betânia – Vendas Novas
PEETI	PLCP Rede de Afectos
Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal	REAPN – Núcleo de Évora
Associação Montes Claros - Borba	

De referir que a REAPN fez-se representar por dois técnicos: um técnico do Gabinete de Desenvolvimento (Sede) e a técnica do Núcleo de Évora. A Associação Terras Dentro fez-se representar por sua vez, com 5 técnicas das suas diversas valências (Alcáçovas, Escoural e Alvito) e a Cercimor com duas técnicas.

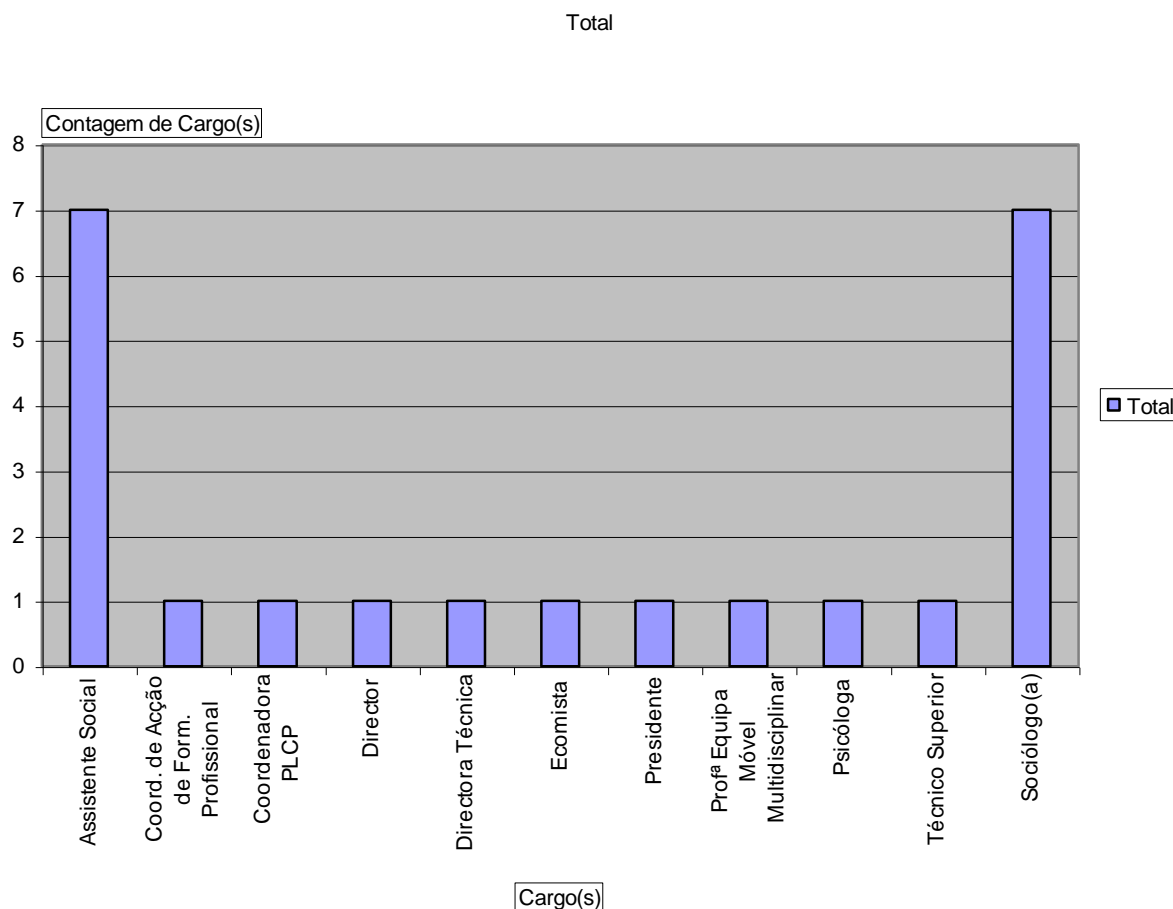
As instituições, que os participantes representavam eram principalmente do distrito de Évora, mas também dos distritos de Beja e Faro. (Ver Gráfico 2)

Gráfico



Em relação aos cargos ocupados pelos formandos nas instituições, as categorias mais representadas (são os **sociólogo(a)s-7 casos-e assistentes sociais -7 casos-** verifica-se aqui uma sobre-representação dos cargos técnicos e uma subrepresentação dos cargos dirigentes.(Ver Gráfico 3)

Gráfico 3: Cargo ocupado nas Instituições



**Resultados da Avaliação**

**Assiduidade dos participantes**

Verificou-se um bom nível de presenças (78 %) face às inscrições iniciais ,sendo de notar que 16 dos formandos (69,5%) assistiram às 15 horas de formação (Ver anexo - mapa de assiduidade)

### Resultados da análise dos questionários

Foram recepcionados 16 questionários (exactamente o mesmo número que as presenças em todas as secções de formação).

Na análise de **programa e funcionamento** dos Módulos, verifica-se que ambas as sessões foram na generalidade avaliadas como “Boas” e “Muito Boas”, assim como a Sessão de Abertura. Sobre estas questões é de notar que o módulo I (Dr<sup>a</sup> Lurdes Barata) foi avaliado de um modo mais positivo na **elaboração dos programas** e o Modulo II (Dr. Miguel Carneiro) na forma de **funcionamento das sessões**.

Todos os itens da avaliação referentes á **elaboração do programa** (Conteúdos, horários, materiais fornecidos, metodologia de trabalho, equipamento disponível e nível de cumprimento do plano) foram avaliados com um grau igual ou superior a “Bom”, excepto o item *nível de cumprimento do plano* na Sessão de Abertura, que foi avaliado pela maioria como *Suficiente*, no entanto o ponto que faltou foi focado no início do Modulo I na manhã seguinte pela formadora.

No que diz respeito ao **funcionamento das sessões**, todos os itens tiveram uma avaliação igual ou superior a “Bom”.

Das questões colocadas sobre o ponto de vista logístico é de referir que numa escala de 1 a 5, mais de 50% das respostas foram classificadas no nível 4 (e apenas o item que fazia referência ao **Alojamento (Condições dos quartos)** registou cerca de 12% de respostas, tal deve-se ao facto de apenas 2 pessoas terem pedido alojamento para dormir).

Se considerarmos a avaliação dos efeitos da formação sobre o ponto de vista das **Atitudes e práticas que os formandos pensam ter desenvolvido/adquirido durante a formação** é de assinalar que os mais referenciados são “ **Reconhecimento da necessidade de ter acesso a mais fontes de informação**” e “**Partilha de experiências e informação**” o que demonstra a necessidade de informação/formação manifestada pelos participantes nesta área da Economia Social, o que também pode ser verificado na análise das questões abertas em que é referido – **Elucidou/Esclareceu sobre o conceito de Economia Social** (7 vezes) e **Dilatar a carga horária para um aprofundamento das temáticas abordadas** (4 vezes).

**Considerações finais**

O principal objectivo desta Acção de Formação era a de contribuir para o aprofundamento e uma melhor compreensão do sector da Economia Social em Portugal. Este evento foi organizado tendo como destinatários preferenciais técnicos e dirigentes de organizações que trabalham nesta, área, no que diz respeito aos primeiros, os objectivos foram, em nossa opinião, conseguidos, em relação aos dirigentes associativos não se verificou nenhuma presença, o que na nossa opinião seria extremamente necessária.

As instituições presentes eram sobretudo oriundas do distrito de Évora, contudo foi nossa preocupação convidar entidades dos distritos de Beja e Setúbal, bem como as do distrito de Faro.

A nível da participação esta foi uma acção que consideramos positiva potenciando e dinamizando o debate e o intercâmbio de experiências quer entre formandos, quer entre estes e os formadores a contribuição destes foi sobretudo dinâmica e animadora das sessões desmontando conceitos e esclarecendo dúvidas.

O local e os aspectos logísticos foram considerados adequados para a realização deste tipo de evento, os serviços prestados pelo hotel e pelo secretariado foram, em geral, do agrado de todos os intervenientes.

## Articulação com as Estruturas centrais do IEFP

# 4

O Acordo de Cooperação celebrado prevê na sua Cláusula 7ª a existência de uma “Comissão Paritária constituída por dois representantes do IEFP, um dos quais preside às reuniões e dois representantes da REAPN”.

Dando seguimento a esta orientação, os representantes da REAPN nesta Comissão são:

- Dra. Sandra Araújo – Coordenação Técnica da REAPN
- Dr. Sérgio Aires – Coordenação Técnica da REAPN

Ao longo do ano previa-se a realização de quatro reuniões da Comissão Paritária de forma a acompanhar as acções desenvolvidas e a efectuar uma avaliação contínua que permitisse reajustamentos e alterações ao plano de acção delineado.

Contudo, dada a concentração das actividades do 1º semestre nos meses de Maio e Junho, a primeira reunião da Comissão Paritária aconteceu apenas em Julho aquando da apresentação do relatório intermédio de execução, no final do 1º semestre, posteriormente, foi realizada outra reunião dos membros da Comissão, em Outubro, para avaliação e planificação de actividades.

Não obstante, foram efectuados contactos com alguma regularidade entre os membros da Comissão Paritária.

## **Articulação entre os Interlocutores Regionais para o MSE e dinamização de um grupo de reflexão interno**

# 5

No quadro do Acordo de Cooperação estabelecido e para o desenvolvimento das acções constantes deste plano de trabalho, considera-se fundamental e indispensável o envolvimento e a participação activa dos Interlocutores Regionais da REAPN para o MSE, quer pelo reconhecimento das suas competências específicas neste domínio de intervenção, quer pelo conhecimento que detém das especificidades de cada região.

A articulação com os interlocutores regionais tem sido feita pontualmente para a dinamização das acções de âmbito regional, revelando-se fundamental, na concepção e no planeamento das actividades realizadas, bem como, na avaliação prospectiva das acções desenvolvidas no âmbito do Protocolo; no planeamento das acções que se realizaram no segundo semestre, nomeadamente, o Seminário final, que se realizou em Dezembro de 2002.

Um dos objectivos do Plano de Acção 2002 passava pela constituição de um grupo de trabalho e de reflexão interno que reunisse os vários Interlocutores Regionais designados pela REAPN para integrarem as Comissões Regionais do Mercado Social de Emprego. Dado que os representantes da REAPN nas respectivas Comissões Regionais são simultaneamente elementos activos dos vários Núcleos Distritais da REAPN e em alguns casos elementos da Coordenação Distrital dos Núcleos, os momentos de reflexão e acompanhamento das acções acabaram por acontecer no contexto das reuniões mensais entre a Coordenação Técnica Nacional e os Coordenadores Distritais. No contexto dessas reuniões foram planificadas as acções de âmbito distrital, que foram acontecendo ao longo ano nas várias regiões do país, de acordo com as sensibilidades e necessidades próprias de cada território e a dinâmica de trabalho de cada Núcleo. Estes momentos também funcionaram como espaço de reflexão e avaliação das acções.

## Realização de um Seminário/Encontro de Reflexão Nacional

# 6

O Plano de Actividades anual previa a realização de um Seminário final, em Dezembro de 2002, com o objectivo de dar visibilidade às acções desenvolvidas no âmbito do Protocolo de Cooperação; divulgar novas orientações possíveis do MSE e partilhar experiências ao nível da Economia Social, contando para isso com a presença de vários experts nacionais e estrangeiros.

Este Seminário decorreu em Lisboa e foi organizado conjuntamente com o Núcleo da REAPN de Lisboa, nos dias 2 e 3 de Dezembro no Salão Nobre da Associação Comercial de Lisboa **(Ver Anexo 6)**.

Os objectivos mais gerais deste evento eram: dar visibilidade às acções desenvolvidas no âmbito do Protocolo de Cooperação; divulgar novas orientações possíveis para o Mercado Social de Emprego; partilha de experiências ao nível da Economia Social e discussão de Estratégias para o Terceiro Sector.

Como objectivos específicos, este evento propunha-se ser um amplo *fórum* de discussão sobre um forte instrumento de trabalho para as ONG's: o Marketing Social, os seus limites e potencialidades, o seu papel na luta contra a pobreza e a exclusão social, a análise e a reflexão sobre as questões do financiamento das instituições, bem como o papel da comunicação social na representação social dos fenómenos de exclusão/inclusão social.

### Objectivos

Este Seminário intitulou-se “ Marketing Contra a Pobreza”, e contou com quatro painéis que se centraram noutros quatro grandes eixos de análise: um painel que procurou definir o conceito; outro que se debruçou sobre a sua aplicabilidade, os seus limites e potencialidades, tendo em conta a própria experiência das organizações; um terceiro painel que se concentrou no mundo empresarial e na responsabilidade social das empresas e finalmente um dedicado aos meios de comunicação social, ao seu papel de formadores e informadores de fenómenos de exclusão e de pobreza.

Partindo dos pressupostos, de que o crescimento do Terceiro Sector implica uma necessária e cada vez maior profissionalização das organizações que nele trabalham, as modernas técnicas de gestão vão sendo incorporadas também na área social. Assim, a sociedade espera resultados concretos na luta contra a pobreza e a exclusão social. Se o objectivo do Marketing



é influenciar a acção, o Marketing Social surge assim, como um poderoso meio de acção e divulgação de qualquer política social activa.

Os **objectivos deste Seminário**, foram essencialmente:

- Pouca ou nenhuma divulgação em Portugal, deste instrumento de trabalho, o que nos motivou ainda mais para a realização deste encontro.
- Reunir especialistas em áreas relevantes da investigação social, da comunicação, das ONG's, das organizações de Economia Social com experiências significativas no sector, e do Marketing em particular, para procurar inaugurar o debate sobre o assunto.
- A análise e a reflexão sobre as novas técnicas de gestão para o Terceiro Sector, quais as suas possibilidades de crescimento, e as suas capacidades de inclusão social e profissional.
- Analisar qual o ponto da situação do Marketing Social como instrumento de gestão.
- Embora não sendo um objectivo primordial deste Seminário, pretendíamos fazer um ponto de situação da Economia Social em Portugal, qual o seu futuro e quais as suas potencialidades.

### **Participantes**

A REAPN enviou cerca de 600 cartas/convites, conjuntamente com uma brochura referente ao Seminário, endereçados a Empresas de Inserção e respectivas Entidades Promotoras, Projectos de Luta Contra a Pobreza, Câmaras Municipais, Associados dos Núcleos da REAPN, bem como diversas Universidades e Centros de Investigação ligados às Ciências Sociais, a todos os Centros de Emprego do IEFP e respectivos Serviços Regionais e Centrais para além de personalidades relevantes nas áreas da Economia Social e do Terceiro Sector.

Receberam-se 114 inscrições de participantes, no entanto, os serviços de Secretariado, contabilizaram cerca de 200 participantes nos dois dias.

### **Abertura**

A Sessão de Abertura contou com a presença do Presidente da Direcção da REAPN, Padre Agostinho Jardim Moreira, com o Dr. Octávio Oliveira, Delegado Regional de Lisboa e Vale do Tejo do IEFP, em representação do Dr. Mário Caldeira Dias, Presidente do IEFP, e da Dr<sup>a</sup> Joaquina Madeira, Presidente do Instituto da Solidariedade e Segurança Social.

## **I Painel**

Este Painel, contou com a presença do Dr. Jorge Wemans, jornalista e Presidente da Associação Nacional do Direito ao Crédito, na qualidade de moderador, que começou por salientar a importância do reconhecimento, no público em geral, de que em Portugal os pobres: “ não têm voz, nem rosto”, a consciencialização da pobreza é um fenómeno relativamente recente, tendo-se assistido ao reforço da culpabilização dos pobres pela sua situação. Salientou a importância do Marketing Social, que poderá desempenhar um papel fundamental na dificuldade de comunicação que as Organizações de Solidariedade Social estabelecem com os *media* e nos custos das acções de inclusão que importam sempre custos de estrutura.

O Dr. Paulo Pedroso, Deputado da Bancada do PS à Assembleia da Republica, traçou em linhas gerais a questão da pobreza na EU e em Portugal, salientando o facto de que sendo Portugal um dos países mais pobres da União, regressou a concepção de que a pobreza resulta essencialmente do próprio destino, diminuindo assim as preocupações altruístas. Existe mais solidariedade quando as pessoas não se sentem ameaçadas, aqui estará o grande contributo do Marketing do qual traçou quatro pontos essenciais, no seu contributo na luta contra a pobreza:

- 1- Agência de Promoção de Causas, promovendo a face da pobreza, mas também daqueles que conseguem inverter essa situação, confrontando assim os públicos com os casos de sucesso.
- 2- Dar visibilidade às Organizações de Solidariedade Social, deixando ver o que está a ser feito.
- 3- Promover o voluntariado.
- 4- Necessidade de encontrar recursos fora do contributo do Estado.

O Prof. Paquete de Oliveira, Director do ISCTE, procurou definir o conceito de Marketing e particularmente o de Marketing Social, tendo como ponto de partida a noção de que a vida societal é um acto de permanente troca, e: “ o que é que podemos trocar com quem está em situação de pobreza?”, sendo o Marketing uma “ferramenta” essencial a que todos recorreremos para fomentar as trocas, estendendo as suas aplicações a todos os níveis e também às ONG's. Salientou o grande contributo de Philip Kotler, nos anos 80, para a difusão da ideia de Marketing Social.

O Dr. Luís Veríssimo da Bates-Portugal, uma agência de publicidade e marketing que trabalha directamente nas campanhas da AMI – Assistência Médica Internacional, explicitou claramente qual o contributo do Marketing na definição de uma estratégia de uma ONG , salientando o seu papel de “ganhar posição na mente” e de “técnica de ignição”.

O Prof. João Proença, do Departamento de Gestão da Faculdade de Economia da Universidade do Porto e responsável pelo Departamento de Marketing neste estabelecimento de ensino, explicou os factores que intervêm no Marketing Social, salientando que na essência técnica o Marketing aplicado às empresas, ou a outros sectores comerciais, não difere muito daquele que se pode aplicar nas ONG's.

### II Painel

Este Painel, intitulado: "Potencialidades e Limites do Marketing na Luta Contra a Pobreza", procurou essencialmente a descrição das experiências no "terreno", das ONG's convidadas, tendo como moderador o Dr. Alberto Melo da ANIMAR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local, que manifestou o seu agrado pela organização deste tipo de evento, que considerou pioneiro em Portugal. Chamando a atenção das ONG's para as formas que respeitam ao seu financiamento, defendeu a criação de um Fundo de suporte económico-financeiro para as instituições de Solidariedade Social, gerido por uma comissão eleita por elas próprias, sem ser necessário recorrer a subsídios da Segurança Social ou doutro qualquer organismo público.

A primeira experiência relatada foi da responsabilidade da Dr<sup>a</sup> Rosário Castro, representante da Fundação Ajuda Médica Internacional, que descreveu as estratégias da sua organização, que possui missões em diversos pontos do Mundo, bem como alguns Programas de Ajuda na luta contra a pobreza em Portugal, e que necessita permanentemente de fundos, voluntários, técnicos e material médico-cirúrgico, recorrendo para isso a campanhas organizadas por uma empresa de Marketing.

Seguidamente, a Dr<sup>a</sup> Maria João Vasconcelos, em representação da OIKOS- Cooperação e Desenvolvimento, relatou a experiência das estratégias de Marketing Social desenvolvidas pela sua organização na persecução de Programas que desenvolve em países em vias de desenvolvimento com altos índices de pobreza e também em Portugal.

A Dr<sup>a</sup> Sandra Anastácio, representou a Associação de Solidariedade Social "Ajuda de Berço", descreveu as acções desenvolvidas pela sua organização, uma instituição que nasceu em 1998, pela preocupação e necessidades de um grupo de profissionais de áreas diversas (médicos pediatras, sociólogos, enfermeiros, juristas e técnicos de serviço social) para dar respostas a problemas de crianças em risco, situação de abandono ou exclusão familiar e social, para além do apoio a mulheres grávidas sem condições.

A "Ajuda de Berço" é uma instituição que recorre frequentemente a donativos em dinheiro através de campanhas de angariação de novos sócios, de donativos passíveis de serem deduzidos em impostos, à Lei do Mecenato junto das Empresas, e ainda à angariação de

donativos em géneros, para tal desenvolve campanhas de Marketing Social chamando a atenção para o grave problema das crianças em risco ou em situação de abandono e para a necessidade de manter permanentemente os fundos e materiais necessários ao funcionamento da instituição.

O Dr. Jorge Oliveira, representou a Associação para o Apoio e Integração Social e Comunitário “Espaço T”, ou como explicou espaço que se quer Total. Esta Associação desenvolve actividades artístico-culturais, que passam pelas artes plásticas, o artesanato, teatro e dança, no sentido de desenvolverem os processos de auto-estima de ex-toxicodependentes ou os que se encontram em tratamento, bem como todo o tipo de indivíduos com dificuldades físicas e psico-sociais, e com fracas condições de acesso a carreiras académicas ou laborais.

Pretende, acima de tudo, modificar atitudes, valores, de forma a facilitar a mudança positiva do estilo de vida das pessoas que recorrem à associação. Por outro lado procuram modificar a imagem que estas pessoas possuem socialmente, recorrendo para isso a campanhas de Marketing Social, promovendo aqueles que apresentam maiores dificuldades de integração psico-social.

### **III Painel**

Neste painel, procurou discutir-se a questão da responsabilidade social das empresas e a sua dimensão cívica, intitulado:” A Dimensão Cívica da Empresarialidade”, a moderação esteve a cargo do Prof. Doutor Luís Reto, Director da Pós-Graduação em Marketing Político e Social do ISCTE/INDEG, que salientou a originalidade do tema que considerou ser um assunto, cujos primeiros passos de reflexão, estão a ser dados em Portugal.

A Mesa era composta pelo Dr. Gonçalo Pernas, em representação do Prof. Ribeiro Mendes, Presidente da Associação Portuguesa para a Responsabilidade Social das Empresas (APRSE), pelo Engº João de Sá Nogueira do Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial (GRACE), pelo Dr. Filipe Martins do Núcleo Empresarial da Região de Santarém (NERSANT) e pelo Dr. Luís Pinto da Associação Nacional do Direito ao Crédito (ANDC).

O Dr. Gonçalo Pernas apresentando a APRSE, referiu o estado embrionário das práticas de coesão social nas empresas. Muitas das empresas portuguesas continuam a encarar a integração de pessoas excluídas como um acto de benevolência dentro da sociedade e não como uma estratégia de desenvolvimento empresarial, sendo que o valor das pessoas

dos chamados “grupos de risco”, pessoas com deficiência, minorias étnicas, e outros grupos, não ultrapassam os 5% do total dos trabalhadores recrutados por elas.

Neste sentido chamou a atenção para o trabalho da sua Associação no desenvolvimento de programas para o estabelecimento de parcerias sociais com IPSS's.. Outra das formas de actuação é o desenvolvimento de campanhas para o desenvolvimento de capacidades das empresas encontrarem formas alternativas de organização, por forma a contribuírem para a coesão social, dentro da sua estratégia empresarial.

O Eng<sup>o</sup> João de Sá Nogueira, da GRACE, reflectiu sobre a Lei do Mecenato e a cidadania empresarial, como um conceito recente e inovador em Portugal, mas com uma longa história em países mais desenvolvidos. Para além disso explicou todo o historial da cidadania empresarial nos diversos domínios: na coesão social, na assistência social e solidária, na cultura, no desporto, na integração social e comunitária, na responsabilização ecológica e em muitos outros aspectos. Na sua opinião, a cidadania empresarial é algo que diz respeito às empresas, que para além da sua responsabilidade económica e financeira, sendo este o seu principal objectivo numa economia de mercado, não devem esquecer que o seu maior potencial são os seus empregados e a responsabilidade social que deve desenvolver para com a comunidade em que se insere, que faz parte das suas obrigações sociais.

O Dr. Filipe Martins representante da NERSANT, explicou toda a estratégia de Marketing Social desenvolvida por esta associação empresarial, na gestão daquilo que chamou o “capital local com finalidade social”, como uma organização intermédia que opera no plano regional e local e que apoia as pessoas decididas a unir esforços, com vista a realizar micro-projectos no domínio do emprego e da coesão social.

O Projecto desenvolveu-se pela pertinência de alguns indicadores que a região apresenta: elevado desemprego feminino, elevada taxa de desemprego, baixo grau de escolaridade da mão-de-obra, elevada taxa de analfabetismo e predominância de desemprego estrutural, neste sentido a NERSANT, resolveu empreender um projecto de apoio a criação de micro-empresas e de criação do próprio posto de trabalho, cujo objectivo era a de desenvolver a noção de cidadania empresarial, proporcionar a indivíduos desempregados ou em situação de exclusão social, um apoio financeiro atempado, de forma a promover a sua inserção social, contribuindo para dinamizar iniciativas de Economia Social.

Finalmente, o ultimo orador deste painel, o Dr. Luís Pinto apresentou um caso de sucesso do trabalho desenvolvido pela ANDC, através de meio áudio. Passando a explicar a estratégia de desenvolvimento de Marketing da própria ANDC, bem como quais eram as finalidades da própria organização, baseada na concessão de micro-crédito a pessoas em dificuldades em melhorar a sua vida social e económica, para isso a ANDC em parceria

com o IEFP e uma instituição bancária, concede pequenos empréstimos, num montante máximo de 5000 €, num período máximo de 3 anos, com uma taxa de juro inferior ao valores praticados normalmente.

#### **IV Painel**

Este Painel era exclusivamente dedicado à questão da mediatização dos fenómenos da pobreza, intitulado: “Mediatização da Pobreza: O Papel dos *Media* na informação/formação das representações sociais sobre os fenómenos da pobreza e exclusão”, foi moderado pelo Dr. Paulo Neves, jornalista da Rádio Renascença que realçou o papel dos diversos meios de comunicação social na mediatização de certos fenómenos em detrimento de outros, contribuindo assim para a sobrevalorização de uns e a subvalorização de outros.

A Dr<sup>a</sup> Leonete Botelho, jornalista do “Público”, realizou uma comunicação baseada nas várias experiências de Marketing Social, através dos diversos meios de comunicação social ao longo da história da imprensa, e destacou a preocupação das empresas multinacionais e das grandes organizações em “associar” a sua imagem a uma mensagem clara e socialmente construtiva.

O Dr. João Pedro Castanheira, jornalista do “Expresso”, centrou a sua comunicação na apresentação de uma “peça jornalística”, sobre a realização da Meia-Maratona de Lisboa, como evento promotor de uma causa social. O que tem interesse e o que não tem para os *media* quando falam de causa sociais, de pobreza ou de exclusão social, de que forma são tratados, quais são os impactos nas redacções dos comunicados imprensa enviados pelas ONG's?

A última comunicação deste Painel, esteve a cargo do Dr. Carlos Oliveira Santos, Director Adjunto da Pós-Graduação em Marketing Político e Social do INDEG/ISCTE, que proferiu uma comunicação sobre: “A eficácia da comunicação Pública”, referindo-se que perante a crescente dimensão e complexidade dos problemas sociais, desenvolve-se uma análise crítica da chamada “fantasia mediática”, que tem envolvido inúmeras acções e condutas no âmbito da comunicação pública, apresentando-se propostas de aprofundamento de métodos e mecanismos numa perspectiva integrada com o marketing social, por um lado, e com as políticas públicas e as acções de controlo por outro. Neste sentido, apontam-se caminhos que procuram constituir-se como um instrumento de reflexão e experimentação para todos os responsáveis e instituições que operam com a comunicação no âmbito das questões sociais.

## **Conclusões**

A primeira grande conclusão deste Seminário, tem a ver com o inédito do tema. De facto, ao longo da preparação de vários eventos no âmbito deste Protocolo, desde os workshops onde se procurou debater as várias questões ligadas ao Mercado Social de Emprego, até às acções de Formação, levadas a cabo pela REAPN em várias regiões do país, confrontámo-nos com a necessidade de dar resposta a questões que os técnicos e dirigentes expunham permanentemente: Qual o futuro do Mercado Social de Emprego em Portugal? Numa situação de ciclo económico descendente, e com o aparecimento de novas formas de pobreza e exclusão social, qual deverá ser a resposta da ONG's? Como resolver os sucessivos problemas de financiamento que se colocam todos os anos às Organizações que prestam serviço de Solidariedade Social? Como rentabilizar os recursos escassos das organizações? Como melhorar a "imagem" das IPSS's e ONG's, na luta contra a pobreza e exclusão social? Qual o futuro do Terceiro Sector? Estas e outras questões similares, levaram a REAPN a promover este Seminário como plataforma de debate e reflexão. Em jeito de balanço do passado, e simultaneamente numa tentativa de perspectivar o futuro, pretendia-se avaliar o chamado Terceiro Sector em Portugal no campo da Luta Contra a Pobreza, que avaliação se poderá fazer dessa actuação, e por outro lado quais são os instrumentos que podem melhorar a imagem das organizações e facilitar a divulgação das "mensagens", qual o seu alcance e a sua eficácia.

O Mercado Social de Emprego em Portugal, regulamentado desde 1996, é por excelência um espaço de promoção de inclusão, o caminho percorrido ao longo destes anos foi a mobilização de vários actores da sociedade civil para esta tarefa, apesar de todo o esforço das instituições implicadas, os caminhos a trilhar no futuro passam necessariamente pela mobilização de outros sectores da Economia Social, neste capítulo a dinamização do movimento associativo, e do movimento cooperativo e de outros sectores ocupam um papel central, na dinamização da Economia Social.

Por outro lado a implicação de todos os parceiros da sociedade civil, fará com que as empresas da chamada Economia Privada ou Economia Com Fins Lucrativos, tenha a sua cota parte de responsabilização nestes processos, quer através da sua responsabilidade social, entendida como uma organização que gera lucros, mas que deve contribuir quer na sua organização interna, quer na sua dinâmica de concorrência comercial, para a coesão social necessária na luta contra a exclusão.

Por ultimo, a necessidade de uma adequada gestão de recursos, humanos e materiais, em organizações sem fins lucrativos, bem como o desenvolvimento de instrumentos capazes de facilitarem a Comunicação Estratégica nas Instituições, a comunicação com os *media*, a

gestão da imagem, a dinamização do empreendedorismo social, são áreas que deverão fazer parte da planificação quotidiana das organizações, o marketing é um contributo fundamental para novos desenvolvimentos da Economia Social.



## Recursos utilizados para a prossecução dos objectivos e actividades do Plano de Acção



Para a prossecução dos objectivos e promoção das actividades delineadas no presente Plano, a REAPN contou com os seguintes recursos:

### Humanos:

- a) Apoio e supervisão da coordenação técnica da REAPN para acompanhamento da execução do Plano;
- b) Apoio dos Interlocutores Regionais da REAPN para a implementação regional das acções;
- c) Apoio dos Núcleos Regionais, nomeadamente através dos seus representantes regionais (coordenação);
- d) Contratação de um técnico licenciado a meio tempo<sup>1</sup> para a execução das tarefas directamente relacionadas com as acções do projecto;
- e) Contratação dos facilitadores / formadores que colaborarão nas acções a implementar;
- f) Membros da REAPN que integrarão a Comissão paritária entre a mesma e o IEFP.
- g) Utilização pontual e de comum acordo de alguns dos recursos técnicos do IEFP, nomeadamente ao nível das acções de Sensibilização e na organização do Seminário final.

### Técnicos:

- a) Utilização dos meios logísticos da REAPN (Sede nacional e Núcleos Regionais) para a promoção das acções em causa;
- b) Mobilização das Organizações membros da REAPN para a prossecução das acções;
- c) Contratação dos restantes meios necessários para a boa prossecução das acções: sensibilização, formação, seminários, recolha de informação, divulgação e disseminação das acções, e outros (meios logísticos que serão afectos exclusivamente a esta acção).

---

<sup>1</sup> A contratação do técnico para o projecto só veio a ocorrer em Junho de 2002, dadas as dificuldades inerentes à contratação em regime parcial

Em termos gerais, o balanço entre actividades planeadas e executadas é positivo. Muito embora, não tenha sido possível avançar com a contratação de um técnico com o perfil adequado e nas condições previstas no âmbito do protocolo, no início do ano, situação que só veio a regularizar-se em Junho deste ano, foi possível concretizar os objectivos pretendidos e concretizar a maioria das acções calendarizadas para o 1º semestre. Obviamente que foi imprescindível a colaboração do staff da REAPN, nomeadamente, ao nível da Coordenação Nacional, da Coordenação Regional dos Núcleos e dos técnicos afectos a cada Núcleo.

Considerando o cronograma inicial apresentado aquando da apresentação do Plano de Acção, o índice de execução é positivo, registando-se apenas pequenos desvios na execução de algumas acções, nomeadamente, ao nível da promoção de visitas interinstitucionais (estavam previstas três e foram realizadas duas).

No que concerne á avaliação das acções desenvolvidas, em termos genéricos, o balanço é também muito positivo. Os dados referentes á avaliação provenientes, no caso da acção de formação, de um questionário final passado aos formandos que incidiu sobre aspectos organizativos da formação, o desempenho dos formadores e aspectos estruturais da formação (sessões, conteúdos, recursos e planeamento) dão-nos um *feed-back* muito positivo de ambas as acções. Por outro lado, a avaliação interna da dinâmica dos Encontros temáticos/ Workshops e visitas interinstitucionais indica-nos o interesse e a pertinência dos temas, a necessidade de promover mais espaços de intercâmbio de conhecimentos e experiências, que possam contribuir não só para a disseminação de informação, mas sobretudo, para o aprofundamento e debate de questões de fundo que estão associadas à aplicação e avaliação das medidas enquadradas no âmbito do MSE.

Por ultimo, uma palavra sobre o Seminário Final, que para além de considerarmos extremamente positivo, julgámos ter sido a inovação do tema o principal contributo para os objectivos deste Protocolo de Cooperação. O desafio lançado às Entidades presentes para novas técnicas de gestão e administração de recursos humanos e materiais, terá necessariamente deixado em aberto a necessidade de lançar um novo olhar, em Portugal para a Economia Social e para o Terceiro Sector.

Finalmente, e no balanço da execução do 2º ano de funcionamento do Acordo de Cooperação considera-se importante o trabalho desenvolvido, pela dinâmica que se conseguiu imprimir a nível regional, ao nível da promoção e divulgação das iniciativas do MSE e sensibilização para as problemáticas que o MSE procura combater, bem como, se entende como fundamental a

sua continuidade, com o objectivo de aprofundar o conhecimento sobre os programas e medidas que integram o MSE e sobretudo implicar as ONG'S na procura de soluções/respostas adaptadas às necessidades encontradas, nomeadamente, ao nível da integração social e profissional dos grupos da população mais desfavorecidos.

É dentro desta perspectiva, e numa lógica de complementaridade com as estruturas centrais do IEFP, Centros de Emprego e Centros de Formação do IEFP que a REAPN pretende, em 2003, dinamizar um conjunto de acções de âmbito local/regional e nacional que concorram para o fortalecimento do MSE e de iniciativas que assumam soluções de compromisso para a integração de pessoas desempregadas e com dificuldades acrescidas face ao mercado de trabalho, combatendo em simultâneo o desemprego, a pobreza e a exclusão.

No Plano de Acção da REAPN para 2003, a dimensão de interlocução com o local assume particular relevo, procurando envolver e facilitar a participação das ONG's de solidariedade social, e em grande medida, executoras das medidas do MSE, no desenvolvimento das acções enquadradas no âmbito do Protocolo. Por outro lado, pretendemos continuar a investir e canalizar esforços no sentido de aprofundar o modelo de intervenção – em rede-, contribuindo para o estabelecimento de parcerias e para a dinamização e expansão do sector da economia social em Portugal.